



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

TIAGO JOSÉ VASCONCELOS DE FARIAS

**AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E O ENSINO DE GEOGRAFIA:**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCANDOS (AS) E EDUCADOR
DA ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO
(EEEFM) NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-PB**

**SUMÉ - PB
2019**

TIAGO JOSÉ VASCONCELOS DE FARIAS

**AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E O ENSINO DE GEOGRAFIA:**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCANDOS (AS) E EDUCADOR
DA ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO
(EEEFM) NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação do
Campo do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciado em Educação do Campo.**

Orientador: Professor Dr. Fabiano Custódio de Oliveira.

**SUMÉ - PB
2019**

F224i Farias, Tiago José Vasconcelos de.

As interfaces da educação ambiental e o ensino de geografia: percepção ambiental de educandos (as) e educador da Escola Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM) no Município de Caraúbas – PB.. / Edvânia Ferreira de Sousa. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

100 f.

Orientador: Professor Dr. Fabiano Custódio de Oliveira.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação ambiental. 2. Ensino de geografia. 3. Estudo de percepção. 4. Geografia e Educação ambiental. I. Oliveira, Fabiano Custódio de. II Título.

CDU: 911:37(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

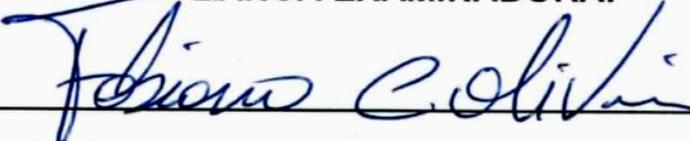
TIAGO JOSÉ VASCONCELOS DE FARIAS

**AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E O ENSINO DE GEOGRAFIA:**

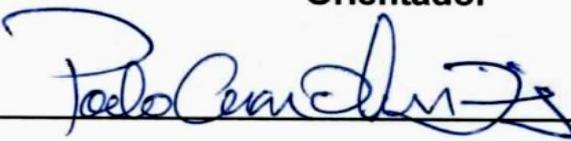
**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCANDOS (AS) E EDUCADOR
DA ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO
(EEEFM) NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Educação do Campo.

BANCA EXAMINADORA:



**Professor Dr.º. Fabiano Custódio de Oliveira
UFCG/CDSA/UAEDUC
Orientador**



**Professor Dr.º. Paulo César Oliveira Diniz
UFCG/CDSA/UACIS
Examinador 01**



**Professora Dr.ª. Maria do Socorro Silva
UFCG/CDSA/UAEDUC
Examinadora 02**

Trabalho aprovado em: 12 de dezembro de 2019.

DEDICATÓRIA

Primeiramente a **DEUS**, por ser **ELE** minha fonte de inspiração nos momentos de dúvidas e incertezas.

Aos meus pais, **Ednaldo Carneiro de Farias e Maria Auxiliadora Vasconcelos de Farias (Dôra)**, por estarem sempre ao meu lado, independentemente dos meus erros ou acertos, oferecendo apoio e acreditando na minha capacidade até mesmo quando eu duvido.

É para vocês que dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo **Professor** Dr^o. Fabiano Custódio de Oliveira, por ter me ajudado a dar forma ao trabalho mediante suas sugestões brilhantes, e pelo seu olhar aguçado que me propiciou ver além do que as minhas possibilidades permitiam, mais que um obrigado minha eterna gratidão.

Aos **alunos** e ao **professor do 9º ano** do Ensino Fundamental da Escola Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM), por terem participado com tanta disponibilidade desta pesquisa, a qual seria impossível de ser realizada sem a participação deste coletivo.

Aos meus irmãos **Pedro, Paulo e André**, pela convivência, incentivo, apoio e ajuda nos momentos de dificuldades.

Aos meus **amigos e colegas de trabalho** da **Secretaria Municipal da Educação** de Caraúbas-PB, pelos ensinamentos e alegrias compartilhadas. Obrigado. Vocês foram fundamentais nesta caminhada. Aprendi muito com cada um.

Aos meus **alunos** das Escolas **João José de Alcantâra (EMEIEF)** - Distrito de Barreiras/Caraúbas-PB, **Alice Jorge da Silva (EEMEIEF)** – Caraúbas-PB e **João Martins dos Santos (EMEIEFM)** – São Domingos do Cariri-PB, pelos momentos de aprendizagem constante e pela amizade solidificada, que certamente se eternizará.

Aos meus **amigos de jornada acadêmica**, de modo especial aos amigos **Rose, Antônio e Danilo**, pelo companheirismo e cumplicidade durante a realização deste curso.

A todos os meus professores, desde da educação básica até os da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA-UFCG), pela convivência e oportunidade de aprendizado constante, mais que um obrigado, minha eterna gratidão, admiração e respeito.

A presidente da **Associação Comunitária de Bairros Unidos Venceremos (ACBUV)**/Sumé-PB, Maria Alcidenir de Lira Costa, por ter possibilitado a realização do estágio em educação não-formal, experiência bastante relevante no meu itinerário formativo.

Aos profissionais das escolas **José Bonifácio Barbosa de Andrade (UMEIEF)** – Sumé-PB e **Maria Balbina Pereira (EEEFM)** – Distrito de Santa

Luzia/Serra Branca-PB, por ter me recebido tão bem durante o desenvolvimento das atividades de estágio, como também, as vinculadas ao (Pibid-Diversidade) e Residência Pedagógica (RP).

A todos aqueles que, direto ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

A direção que se toma ao desenvolver a Educação Ambiental vai no sentido de converter: a competição em cooperação, a visão do particular em visão interdisciplinar, desperdício em otimização do uso, irresponsabilidade social e ambiental em participação consciente do cidadão que reconhece os seus direitos e deveres, exercitando ambos, para o seu bem e de todos sobre o planeta Terra.

Hedy S. R. de Vasconcelos

RESUMO

O reducionista em torno do termo 'meio ambiente' tem sido frequentemente observado na rotina pedagógica das instituições de ensino, essas quando tratam de tal problemática, limitam-se a um entendimento meramente ecológico-naturalista, fato comprovador da necessidade de viabilizar-se o desenvolvimento de estratégias didáticas capazes de chegar a esses espaços formativos e ressignificar conhecimentos dessa natureza. Neste sentido, a introdução da Educação Ambiental (EA) nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino pode contribuir para produzir mudanças de comportamento, de atitudes e valores, no intuito de defender, conservar e preservar o Meio Ambiente (MA) para as presentes e futuras gerações. Desta forma, a pesquisa teve por objetivo averiguar a percepção de Educação Ambiental (EA) que detém educandos (as) e educador no âmbito do ensino de Geografia no Ensino Fundamental na Escola Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM) no município de Caraúbas – PB. Infere-se que essa inquietação originasse a partir da prática de professor de ensino fundamental em processo de formação na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, participante do grupo de pesquisa 'Educação do Campo e sua relação com o Ensino de Geografia e EA'. Nesse trabalho, utilizou-se o pressuposto da pesquisa qualiquantitativa, por procurar investigar e compreender a percepção ambiental a partir de fomentos geográficos de educandos (as) e educador do componente curricular Geografia do 9º Ano do Ensino Fundamental da referida escola. Neste, aplicou-se questionários com educandos (as) e educador. Identificou-se ao final deste trabalho que os sujeitos participantes da pesquisa não percebem a EA em sua totalidade, a associa meramente aos fatores naturais, prática adversa de sociedade dita consumista e de EA contemporânea aos rumores da internacionalização do capital, como também, ao pensamento geográfico hodierno.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ensino de Geografia. Percepção Ambiental. Semiárido.

ABSTRACT

The reductionist around the term 'environment' has often been observed in the pedagogical routine of educational institutions, these when deal with such problematic, are limited to a merely ecological-naturalist understanding, a fact that proves the need for to enable the development of didactic strategies capable of reaching these formative spaces and resignify knowledge of this nature. In this sense, the introduction of *Educação Ambiental* (EA) [Environmental Education] in schools at all levels and modalities of education can contribute to produce changes in behavior, attitudes and values, in order to defend, conserve and preserve the Environment for the present and future generations. Thus, the research aimed to investigate the perception of EA that holds students and educator in the context of teaching geography in fundamental education at the school EEEFM Coronel Serveliano de Farias Castro in the municipality of Caraúbas – PB. We concluded that this restlessness originated from practice of teacher of fundamental education in the process of formation in the Interdisciplinary degree of Rural Education at the Sustainable Development Center of the Semi-arid at Federal University of Campina Grande, participant of the research group 'Rural Education and its relationship with the Teaching of Geography and EA'. In this work, we used the presupposition of qualitative and quantitative research, to search for to investigate and understand the environmental perception from the geographical foments of students and educator of the Geography curriculum component of the 9th grade of that school. In this, questionnaires with students and educator were applied. It was identified at the end of the work that the character participating in the research do not perceive the EA in its entirety, associating it merely to natural factors, adverse practice of so-called consumerist society and contemporary EA to rumors of capital internationalization, as well as to today's geographical thinking.

Keywords: Environmental education. Geography teaching. Environmental Perception. Semi-arid.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACBUV: Associação Comunitária de Bairros Unidos Venceremos

CDSA: Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CENEC: Companhia Nacional de Escolas da Comunidade

CIEAS: Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental

EA: Educação Ambiental

EEEFM: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EEMEF: Escola Ecológica Municipal de Ensino Fundamental

EMEIEFM: Escola Municipal de Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESP: Instituto de Educação Superior da Paraíba

LDB: Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional

MA: Meio Ambiente

MEC: Ministério da Educação

PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE: Programa Dinheiro direto na Escola

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE: Política Nacional de Educação Ambiental

PRONEA: Programa Nacional de Educação Ambiental

RP: Residência Pedagógica

UFMG: Universidade Federal de Campina Grande

UMEIEF: Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental

UVA: Universidade Estadual Vale do Acaraú

LISTA DE FIGURAS E FOTO

FIGURA 1 -	A interação entre os Sistemas Humanos e os Sistemas Ambientais.....	16
FIGURA 2 -	Esquema Teórico Interacional do Pensamento Geográfico Hodierno.....	35
FIGURA 3 -	Representação cartográfica do Estado da Paraíba, em destaque o município de Caraúbas-PB.....	58
FIGURAS 04 /11 -	Desenhos da Representação Ambiental dos (as) Educandos (as) da Escola Estadual Cel. Serveliano de Farias Castro.....	72
FOTO 1 -	Vista frontal da EEEFM. Cel. Serveliano de Farias Castro.....	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Recorte dos Eventos Internacionais sobre Educação Ambiental...	20
QUADRO 2 - Evolução e desenvolvimento da EA no Brasil.....	23
QUADRO 3 - Concepção de Meio Ambiente dos (as) educandos (as).....	61
QUADRO 4 - Entendimento de Educação Ambiental dos (as) Educandos (as)...	68
QUADRO 5 - Conteúdos geográficos que discutem temáticas ambientais segundo o educador pesquisado.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Visão dos (as) educandos (as) sobre a inserção do tema MA na rotina didática da EEEFM Cel. Serveliano de Farias Castro Caraúbas/PB.....	63
GRÁFICO 2 - Disciplinas que trabalham a temática MA na sala de aula da EEEFM Cel. Serveliano de Farias castro. Caraúbas/PB.....	64
GRÁFICO 3 - Relação entre Educação Ambiental e Geografia.....	65
GRÁFICO 4 - Atividades pedagógicas voltadas para a perspectiva ambiental na EEEFM Cel. Serveliano de Farias Castro. Caraúbas/PB.....	66
GRÁFICO 5 - Enfoque Dado ao Tema MA pelos Educandos em Conversas Informais.....	67
GRÁFICO 6 - Existência de Projetos de Cunho ambiental na Escola EEFM Cel. Serveliano de Farias Castro.....	69
GRÁFICO 7 - Importância de desenvolver-se Ações Voltadas para a Educação Ambiental na Escola.....	70
GRÁFICO 8 - Efetivação de programas de EA no Município de Caraúbas-PB.....	71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	SEÇÃO REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA.....	14
2.2	MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE.....	14
2.3	BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	19
2.4	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ÓTICA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs.....	25
2.5	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	28
2.6	GEOGRAFANDO A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR...	33
2.7	DISCUTINDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE FOMENTOS GEOGRÁFICOS.....	37
2.8	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS PARA AS ESCOLAS DO SEMIÁRIDO PARAIBANO.....	43
3	SEÇÃO CAMINHOS METDODOLÓGICOS.....	48
3.1	IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRÁFICA.....	48
3.2	PESQUISA QUALIQUANTITATIVA.....	49
3.3	ETAPAS DA PESQUISA.....	51
3.3.1	A Pesquisa Bibliográfica.....	51
3.3.2	O Questionário como técnicas de coleta de dados.....	52
3.3.3	Análise dos dados.....	54
4	SEÇÃO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRÁFICA NO CONTEXTO DA ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO.....	55
4.1	APRESENTANDO A ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO.....	55
4.1.1	Embasamento teórico-metodológico da Escola.....	56
4.1.2	Caracterização da Comunidade atendida pela Escola.....	58
4.2	OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	59
4.3	CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE DOS EDUCANDOS.....	61
4.4	O MEIO AMBIENTE NA SALA DE AULA.....	62
4.5	GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE.....	65
4.6	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	66
4.7	O MEIO AMBIENTE E SUA REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DE DESENHOS.....	71
4.8	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCEPÇÃO DO EDUCADOR.....	76
4.8.1	O Educador.....	76
4.8.2	Meio Ambiente x Geografia e a Educação Ambiental no Contexto Escolar	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	86
	APÊNDICES.....	91

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as questões ambientais vêm ocupando lugar de destaque nos mais variados contextos sociais, acredita-se que o viés condutor de tal realidade justifique-se na insigne crise ambiental que encontra-se submerso este grande amalgama chamado 'Terra'. Sendo assim, para mitigar-se e/ou converter-se esse fato torna-se preeminente fazer valer o preconizado pela Educação Ambiental (EA) hodierna que entende o Meio Ambiente (MA) como uma confluência lavrada entre os elementos sociais e naturais.

Jacobi (2003) acrescenta que o maior desafio é evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada educando (a).

Desta forma, optou-se por suscitar a temática 'Percepção Ambiental no contexto escolar' a partir de uma ótica geográfica em decorrência da precisão de translucidar para este coletivo, que apegar-se a uma prática pedagógica tradicionalista/reducionista que não procura conhecer/compreender as interfaces que se processam continuamente nos espaços de vivência, pouco colabora-se para a formação de educandos críticos, atuantes e capazes de promover transformações salutares no meio em que encontram-se inseridos.

Sendo assim, buscar entender as razões que levam este público a ser detentor de uma visão reducionista, efêmera, mecânica e tecnicista quando se trata das questões ambientais, surgiu da prática enquanto professor do ensino fundamental em processo de formação na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (UFCG/CDSA), participante dos grupos de pesquisa e projetos de extensão vinculados ao Laboratório de Ensino de Geografia e Educação do Campo (Legecampo), do Núcleo de Estudos em Educação do Campo, Formação de Professores(as) e Práticas Pedagógica (NUPEFORP), que almeja e/ou reconhece a necessidade de introduzir um novo comportamento social frente aos recursos naturais, como também, pela importância de desenvolver-se pesquisas voltadas para a educação ambiental e geográfica no contexto escolar, é na escola o lugar onde é construído e disseminado conhecimentos voltados para as questões ambientais, destarte, o lócus que trata da formação humana e socioambiental dos indivíduos.

Logo, explorar a dimensão ambiental no espaço escolar possibilita a formação de sujeitos críticos, conscientes dos diversos problemas ambientais, capazes de corroborar com a redução ou até mesmo mitigação desses, além de favorecer o melhoramento da relação ser humano-meio e promover reflexões acerca dos flagelos ambientais mostrando que a qualidade de vida contemporânea e das futuras gerações dependem da efetivação imediata de práticas socioambientais.

Nesse sentido, a presente pesquisa intitulada “As interfaces da Educação Ambiental e o Ensino de Geografia: percepção ambiental de educandos (as) e educador da escola Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM) no município de Caraúbas-PB”, tem como objetivo geral:

- Averiguar a percepção da Educação Ambiental (EA) que detém educandos e educador no âmbito do ensino de Geografia no ensino fundamental na Escola Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM).

E os seguintes objetivos específicos:

- Realizar uma pesquisa bibliográfica referente aos seguintes temas: Meio Ambiente e Sociedade; História da Educação Ambiental; Educação Ambiental no Ensino Fundamental na ótica dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; Educação Ambiental no Contexto Escolar; Geografando Percepção Ambiental no Âmbito Escolar; A Educação Ambiental a partir de uma problematização geográfica; Educação Ambiental e Perspectivas Geográficas para as Escolas do Semiárido Paraibano;
- Caracterizar o ambiente escolar e os sujeitos da pesquisa;
- Identificar de que forma a Educação Ambiental é compreendida e ensinada nas aulas de Geografia no âmbito escolar;
- Perceber as metodologias e recursos didáticos utilizados no ensino da Educação Ambiental no âmbito escolar;
- Verificar a existência de interfaces da Educação Ambiental, ensino de Geografia e o Semiárido Brasileiro no currículo escolar.

Desta forma, neste trabalho utilizou-se os pressupostos da pesquisa quali-quantitativa, o referido foi desenvolvido por diferentes etapas: a primeira

consistiu em identificar o objeto a ser pesquisado, a segunda realizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentar os objetivos a serem desenvolvidos, a terceira pautada na visita a campo para coleta de informações e, por último, a elaboração do resultado da pesquisa.

Sendo assim, esta pesquisa está estruturada em quatro seções. A primeira intitulada “Educação Ambiental a partir de uma Perspectiva Geográfica”, trata de um breve referencial teórico que dar sustentação ao trabalho em evidência, discute a implementação da Educação Ambiental no espaço escolar a partir de uma perspectiva geográfica e configura-se das seguintes subseções: Meio Ambiente e Sociedade; Breve História da Educação ambiental; A Educação ambiental no ensino fundamental na ótica dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; A Educação ambiental no contexto escolar; Geografando a percepção ambiental no âmbito escolar; Discutindo educação ambiental por meio de fomentos geográficos; Educação ambiental e perspectivas geográficas para as Escolas do Semiárido Paraibano.

A segunda seção constitui-se dos “Caminhos Metodológicos”. Nesta apresenta-se o trajeto metodológico percorrido para dar formato à pesquisa, concomitantemente, o campo de atuação do pesquisador e sujeitos envolvidos. Sendo assim, convém salientar que esta tem como principal nuance refletir sobre a educação ambiental e geográfica no contexto educacional.

Na terceira seção apresenta-se “A Educação Ambiental e Geográfica no contexto da Escola Coronel Serveliano de Farias Castro”. Esta está pautada em um recorte sócio-histórico da referida Escola Estadual, situada no município de Caraúbas-PB, campo da pesquisa, de modo que manifesta os sujeitos participantes e apresenta a análise dos dados pesquisado sobre a educação ambiental no âmbito do contexto escolar. Dessa modo, a referida foi segmentada nos seguintes temários: Concepção de MA dos educandos (as), O MA na sala de aula, Geografia e MA, A EA no contexto escolar, O MA e sua representação através de desenhos e EA ambiental na concepção do educador.

Na quarta seção consta-se as “Considerações Finais”, onde realizou-se uma espécie de sinopse da pesquisa em destaque, que se evidencia as concepções de MA por intermédio de perspectivas geográficas dos educandos e educador, e pontua-se ainda os principais desafios para implementar-se a EA no contexto escolar. Desse modo, espera-se ao final que de alguma forma esse trabalho venha

contribuir para a transformação da vivência socioeducativa do público alvo participante da mesma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Esta seção apresenta o referencial teórico que dar sustentação à pesquisa em destaque. A mesma objetiva discutir a implementação da Educação Ambiental no espaço escolar a partir de uma perspectiva geográfica e configura-se das seguintes subseções: Meio Ambiente e Sociedade; Breve História da Educação Ambiental; A Educação ambiental no ensino fundamental na ótica dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; A Educação Ambiental no contexto escolar; Geografando a percepção ambiental no âmbito escolar; Discutindo educação ambiental por meio de fomentos geográficos; Educação ambiental e Perspectivas geográficas para as escolas do Semiárido Paraibano.

2.2 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Nos últimos anos, discussões em torno das questões ambientais têm ganhando destaque, a preocupação com o meio ambiente vem aumentando demasiadamente, esta tem se justificado em decorrência da degradação excessiva dos recursos naturais por intermédio, principalmente, da ação humana. Dessa forma, torna-se fundamental estabelecer-se outra forma de relação entre sociedade e meio ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente que encontra-se arregimentada na Lei Federal nº 6.938/81, em seu artigo 3º, inciso I, define meio ambiente como “conjunto de condições, leis, influências e integrações de ordem física, química e biológica, que permite, obriga e rege a vida em todas as suas formas”. Silva apud Dias e Marques (2011, p. 549) explicitam que:

O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais.

A partir dessa compreensão, pontua-se que o impacto dos humanos nos equilíbrios biológicos data de sua aparição sobre a Terra. Assim, desde que surgiram sobre a Terra há aproximadamente dois milhões de anos, os seres humanos têm influenciado o ambiente natural e têm sido por ele influenciados (Capra, 1996). Contudo, a ação da espécie humana tem sido de uma qualidade única na natureza. Enquanto as modificações causadas por todos os outros seres são quase sempre assimiláveis pelos mecanismos auto-reguladores dos ecossistemas, a ação humana possui um enorme potencial desequilibrador (CAMARGO, 2003).

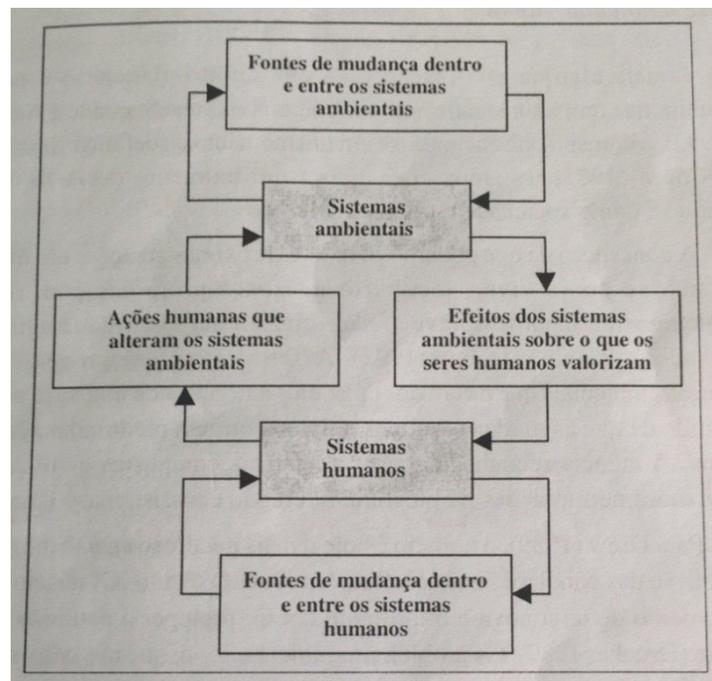
Dessa forma, torna-se fulgente que o ser humano desde sua origem tornou-se o principal agente de transformação – alteração do meio ambiente, que na compreensão de Camargo (2003), pode ser entendido enquanto conjunto de elementos físico-químico, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atende ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos.

Convém destacar que, com o advento da Revolução Industrial a capacidade de alteração do meio natural propagou-se exorbitantemente. A partir de então, a relação sociedade-natureza passa a ocorrer com base no uso de equipamentos que ampliaram intensivamente e extensivamente o poder de modificação do espaço socioambiental, fato provocador do nascimento de uma concepção antrópica que julga-se superior a qualquer premissa de cunho natural, sendo assim, intensificam-se os problemas ambientais em toda a espacialidade terrestre. Com base no estudo e compreensão de diversas pesquisas publicadas por autoridades acadêmicas da área em destaque, Camargo (2003, p. 26) aponta que:

O homem é hoje o mais poderoso agente individual da alteração das condições na superfície terrestre (Drew, 1998). O século XX testemunhou o surgimento de uma nova e importante tarefa: proteger a natureza do ser humano (Drucker, 1989). Os problemas ambientais com que nos defrontamos não são novos, mas apenas recentemente sua complexidade começou a ser compreendida. Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente, sendo problemas sistêmicos, interligados e interdependentes (CAPRA, 1996 *apud* CAMARGO, 2003, p. 26).

As atividades humanas podem ter consequências amplas e imprevisíveis. A complexidade da interação ser humano-natureza, segundo Ferry (1994), é de tal ordem, que nos torna impossível, na maioria das vezes, aferir as consequências das decisões humanas. Para Al Gore (apud George 1998), as consequências dos problemas ambientais ocorreram tão depressa que desafiam nossa capacidade de reconhecê-las, compreender suas implicações e organizar uma resposta apropriada a tempo. Camargo (2003). Seguindo essa linha de raciocínio, a National Research Council apud Camargo (2003), construiu a seguinte interpretação da interação entre os sistemas humanos e os sistemas ambientais – Figura 1.

Figura 1- A interação entre os sistemas humanos e os sistemas ambientais.



Fonte: (Camargo, 2003, p. 25).

Considerando o protótipo acima e apoiando-se nas discussões que tem como foco a dimensão ambiental, ratifica-se aqui que historicamente o ser humano tem entendido a natureza como organismo capaz de superar as constantes agressões postas por este. Ou seja, vislumbra os elementos naturais a partir de uma lógica auto-regenerativa situada numa noção de infinitude.

Uma peculiaridade *sui generis* nesse debate, diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico que vem imperado no cenário geopolítico mundial, o famigerado capitalismo, sistema que tem como propósito central a agregação de

valor financeiro a toda e qualquer forma de matéria existente no espaço socioambiental, causa primária para o desenvolvimento, intensificação e proliferação dos problemas ambientais. Desse modo, Camargo (2003, p. 30) ratifica:

(...) nosso modelo econômico de desenvolvimento modificou e aperfeiçoou em muitos aspectos a relação do ser humano com seu meio ambiente, também provocou transformações dramáticas no ambiente natural. Convivemos atualmente com problemas ambientais de diferentes características e magnitudes, tais como: poluição das águas, poluição da atmosfera, degradação de florestas, danos à camada de ozônio, aquecimento global, erosão dos solos, desertificação, deterioração dos hábitos das espécies, perda da biodiversidade, acúmulo de lixo tóxico, entre outros problemas.

Conforme argumentado anteriormente, a alavanca dessa agrura ambiental corporifica-se na capitalização de tudo o que a natureza coloca ao nosso dispor (água, solo, fauna, flora, etc.), inclusive gradações que ultrapassam o viés materializado como comportamentos e posturas humanas perante as demais formas de vida existentes no cosmo.

De acordo com Gore (1993), tornou-se fácil demais encarar a Terra como um conjunto de recursos, cujo valor intrínseco não é maior do que sua utilidade no momento e, assim, continuarmos a agir como se nada houvesse de errado em esgotar, no decorrer de nossas vidas, tantos recursos naturais quanto conseguirmos. Gore (op. cit., p. 224) ressalta: “Acredito que nossa civilização está, de fato, viciada em consumir a própria Terra” CAMARGO (2003).

Seguindo essa linha de raciocínio, pontua-se que o descompasso entre o natural e o social compreende-se enquanto força motriz para a ocorrência e propagação de revés ambientais, os sistemas humanos e ambientais conformam-se numa interface onde o primeiro apropriasse do segundo por meio de práticas espoliativas, subversivas, para que assim possa atender fidedignamente e modo atemporal os ditames impostos pelo sistema econômico ora em funcionalidade. Neste sentido, Camargo (2003, p. 24) destaca que:

As mudanças ambientais globais de maior preocupação atualmente estão entrelaçadas de modo inextricável com o comportamento humano. É preciso para que se compreendam essas mudanças, considerar as interações entre os sistemas ambientais (troca de

gases atmosféricos, dinâmica biogeoquímica, circulação oceânica, interações ecológicas de populações etc.) e os sistemas humanos (economia, populações, culturas, governos, organizações, política etc.)

A partir do exposto, constata-se que a humanidade vem produzindo e reproduzindo mudanças sem precedentes nesse amálgama chamado 'Terra', essa já alcançou ou até mesmo excedeu, os limites postos pela ecosfera, principal problema ambiental da sociedade hodierna.

Jamais alguma civilização teve em âmbito planetário o poder destruidor que tem a sociedade humana contemporânea. Segundo a Agenda 21 (1995)¹, a humanidade encontra-se em um momento de definição histórica. Para Capra (1982), estamos chegando a um momento decisivo como indivíduos, sociedade e civilização (CAMARGO, 2003).

Desse modo, para que se possa alcançar uma redução e/ou conversão dos impactos ambientais, torna-se fundamental investir-se na mudança de percepção ambiental por intermédio da compreensão de que o meio ambiente compõe-se das complexas relações interdependentes que acontece entre o social e o natural. Souza (2007, p. 41) destaca que:

(...) essa crise ambiental, que afeta todas as instâncias da vida humana e ameaça a sua própria sobrevivência como espécie, exige a necessidade de modificação na percepção ambiental da sociedade atual. Este fato implica na inclusão de paradigmas que possibilitem o entendimento das complexas questões ambientais. Para tanto, surge o paradigma ecossistêmico, ou o pensamento complexo, cuja ideologia respalda a inter-relação e interdependência entre todos os fatos, ou seja, para termos o entendimento da complexidade da problemática ambiental, é necessário que se tenha à compreensão de todos de todos os seus aspectos: ecológicos, econômicos, sociais, políticos, legais, científicos, culturais e éticos.

¹ Documento implementado por uma equipe técnica vinculada a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o referido adotou os princípios da Carta da Terra, que busca contribuir com os objetivos e metas do milênio e teve como referências conceituais os seguintes iniciativas: cidadania ativa; justiça ambiental; democracia participativa; sociedade sustentável. Saiba mais em MMA (2005).

No entanto, para que esse pensamento complexo ou ecossistêmico incida, é necessário a difusão-implementação de práticas socioambiental em todos os âmbitos da sociedade, tarefa que necessita ser assumida por todos os indivíduos, fato que demanda um amadurecimento ecológico bastante acentuado, realidade ainda muito compendiosa no campo das discussões ambientais.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo do século XX, o relacionamento entre o ser humano e o planeta que o sustenta passou por uma profunda transformação (Nosso futuro comum 1991). O século XX presenciou uma grande transformação da relação do homem com a natureza, sobretudo na percepção que este tinha da natureza e dos problemas ambientais (CAMARGO, 2003).

Essa mudança de comportamento perante o meio ambiente decorre a partir da percepção da propagação acelerada de variados impactos ambientais, então a humanidade passa a denotar a urgente necessidade de buscar tercer novas formas de relação com os elementos naturais, para que assim fosse possibilitado a continuação da sobrevivência humana e das demais espécies.

Influenciados por meio de uma avalanche de problemas ambientais, iniciasse o surgimento e propagação de movimentos ambientalistas nos mais variados espaços e contextos sociais. Estes se pautam na precisão de subverter a lógica capitalista em curso que a todo tempo compromete a tessitura de uma qualidade de vida ambientalmente desejável, sendo assim, torna-se decisivo a implementação de uma política de educação ambiental com a maior celeridade possível. Com base nessa concepção, Souza (2007, p. 44) afirma que a:

Educação Ambiental surge de modo efetivo na década de 60, com os movimentos de contestação dos ecologistas, das feministas, dos estudantes, dos hippies e dos ambientalistas. Por meio dos movimentos ecologistas, pessoas diretamente ligadas às questões ambientais começaram a denunciar o modelo econômico vigente à época, que estimulava o consumo e o desperdício dos recursos naturais da Terra, contribuindo, assim, para a rápida destruição desses recursos e a degradação ambiental das cidades e das áreas rurais.

Na mesma proporção que consolidam-se os problemas ambientais, amplia-se a atuação intensa e efetiva dos movimentos ambientalistas em escala global. Estes passam a agregar cientistas, pesquisadores de variadas áreas do conhecimento, trabalhadores, estudantes, agentes da sociedade civil organizada, dentre outras representatividades. Todos combativos à destruição massiva dos recursos naturais, a partir das iniciativas e/ou atos organizados por esse grupo, iniciasse a aprovação de legislações específicas junto a parlamentares, impetração de representações judiciais em prol do meio ambiente e surgimento de variados eventos que vem culminando para a implantação-efetivação de políticas de cunho socioambiental.

O quadro 1 a seguir apresenta um recorte histórico dos principais eventos internacionais sobre a Educação Ambiental.

Quadro 1 - Recorte dos Eventos Internacionais sobre Educação Ambiental

EVENTO	DESCRIÇÃO CONTEXTUAL
Clube de Roma/Itália – 1968	Organização não governamental, criada em 1968 na Assembleia dei Lincei, em Roma, por um grupo de 30 indivíduos de dez países, que incluía cientistas, economistas, humanistas, indústrias, pedagogos e funcionários públicos nacionais e internacionais, reuniu-se instigado pelo economista e industrial italiano Arilio Peccei- para debater a crise e o futuro da humanidade. (CAMARGO, 2003).
O Encontro de Roma/Itália – 1972	Em 1972, o Clube de Roma divulgou seu primeiro relatório, denominado The limits to growth (Os limites do crescimento), que, patrocinado pelo Clube de Roma, foi elaborado por um grupo de cientistas do Massachusetts Institute of Technology. Por meio de simulações matemáticas, observaram as projeções de crescimento populacional, poluição e esgotamento dos recursos naturais da Terra, concluindo que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos materiais, o limite de desenvolvimento de planeta seria atingido no máximo em 100 anos. (FRANCO apud CAMRGO, 2003).
A Conferência de Estocolmo/ Suíça – 1972	Essa destacou os problemas da pobreza e do crescimento da população e elaborou metas ambientais e sociais centrando sua atenção nos países em desenvolvimento. Segundo Franco (2000), a conferência foi marcada por discussões acaloradas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. É dessa época a famosa frase proferida por Indira Gandhi, então primeira ministra da Índia, presente ao evento: “O pior tipo de poluição é a miséria”. (CAMARGO, 2003).

**Quadro 1 - Recorte dos Eventos Internacionais sobre Educação Ambiental
(Continuação)**

EVENTO	DESCRIÇÃO CONTEXTUAL
Encontro de Belgrado/Iugoslávia-1975	No ano de 1975, Em Belgrado (Iugoslávia), a organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu o Encontro de Belgrado. Nesse evento, foram formulados os princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental, como também, a Carta de Belgrado, que chamava a atenção para a necessidade de uma ética global, que fosse capaz de promover a extinção da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, da exploração e domínio humano. (SOUZA, 2007).
A Reunião de Chosica/Peru-1976	Nessa reunião, observou-se que a questão ambiental na América Latina está ligada às necessidades elementares de sobrevivência do homem e aos direitos humanos. Nesta ocasião foi firmado o Protocolo de intenções entre o MEC e o MINTER com o objetivo de incluir temas ecológicos nos currículos escolares das escolas de 1º e 2º graus. (SOUZA, 2007).
O Seminário de Bogotá/Colômbia – 1976	Seminário sobre educação Ambiental para a América Latina realizado em Bogotá, capital da Colômbia, no ano de 1976, o qual também seguiu as recomendações dos encontros anteriores. (SOUZA, 2007).
A Conferência de Tibilisi/Geórgia, Ex-URSS-1977	A Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (EA) foi realizada em Tibilisi, Geórgia (Ex-URSS), no ano de 1977, patrocinada pela UNESCO/PNUMA. Nessa Conferência, um dos aspectos mais importantes foi a elaboração e apresentação da Declaração sobre EA. Nela foram apresentados as finalidades, os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da EA. A realização desse encontro promoveu um marco histórico na evolução da EA. (SOUZA, 2007).
A II Conferência de Moscou (Ex-URSS)- 1987	Em 1987, na cidade de Moscou (Rússia Ex-URSS), realizou-se o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, patrocinado pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura/Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNESCO/PNUMA). Participaram da mesma os países-membros da ONU. O Congresso tinha como objetivos principais: avaliar as conquistas e dificuldades da EA desde da Conferência de Tibilisi, e estabelecidos os elementos para uma estratégia de ação internacional em matéria de educação e formação para a década de 90. (SOUZA, 2007).
O Encontro de San José/Costa Rica-1979	De 29 de outubro a 07 de novembro de 1979, realizou-se o Encontro Regional sobre EA para a América Latina, na cidade de San José, Costa Rica. No mesmo período parte de uma série de Seminários Regionais em EA foi realizado para professores, planejadores

	educacionais e administradores, promovidos pela UNESCO. (SOUZA, 2007).
O II Seminário de Bogotá/Colômbia – 1985	Em 1985, realizou-se o II Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente na América Latina e Caribe na cidade de Bogotá, Colômbia, sob o patrocínio da UNESCO-UNEP. No período do 10º aniversário do programa Internacional de EA (UNESCO/UNEP) foram apresentados resultados relevantes de trabalhos ambientais para a comunidade global: execução de 31 projetos de pesquisa; 37 treinamentos nacionais; 10 seminários internacionais e regionais; 11 conferências e 66 missões técnicas para os 136 estados membros (85% dos membros da UNESCO). (SOUZA, 2007).
O Seminário de Buenos Aires/ Argentina -1988	O Seminário Taller Latino-Americano de Éducation Ambiental realizou-se na cidade de Buenos Aires, Argentina, em maio de 1988. Foi reconhecido como um dos mais profícuos em termos de estabelecimento de linhas filosóficas para o seu desenvolvimento na América Latina. Em todos esses encontros, as bases para a pauta de discussão foram implantadas observando-se as recomendações das Conferências anteriores. (SOUZA, 2007).
Reunião de Caracas/Venezuela – 1998	Entre 25 e 28 de abril de 1988, o governo venezuelano promoveu uma reunião com especialistas da América Latina para discutir sobre a Gestão Ambiental da América latina. Desse encontro foi produzido um documento denominado “Declaração de Caracas”. Esse documento denunciava a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento adotado internacionalmente à debilitação do Estado pela dívida externa e à degradação ambiental e social. O evento transcorreu na cidade de Caracas, capital do país, aos cuidados do governo local e da Organização Regional para a América Latina e Caribe/Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ORPAL/PNUMA). (SOUZA, 2007).
Conferência do Rio de Janeiro/ Estado do Rio de Janeiro - 1992	Esta contou com a participação de representantes de 179 países, incluindo aproximadamente 100 chefes de Estado, um evento sem precedentes até então, quer pela quantidade de entidades participantes e pessoas envolvidas, resultou na consolidação de 36 documentos e planos de ação. Considerando que em Estocolmo, em 1972, as Organizações Não Governamentais (ONGs) presentes foi de aproximadamente 500, dessa forma, pode-se considerar esse aumento expressivo como um aspecto bastante positivo, pois reflete a ampliação da sensibilização ambiental em escala global.

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável/Rio de Janeiro – 2012	A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ² , também conhecida como Rio + 20, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em junho do ano de 2012, teve como objetivo central discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável ¹ assinalado pelos representantes de estado que participaram da referida.
--	--

Fonte: Organizado pelo autor.

Nesses sínodos, debateram-se profusamente os impactos ambientais causados por esse modelo de desenvolvimento econômico que segue um viés amplamente contrário ao equilíbrio ecológico, à equidade social e a premissa da sustentabilidade, essa tem como objetivo central favorecer mecanismos que possibilitem austeridade entre os fatores econômicos, sociais e naturais, evitando assim um colapso generalizado dos ecossistemas existentes no planeta.

Em nível de Brasil, infere-se que realizou-se diversos eventos voltados para a Educação Ambiental, estes foram organizados por setores governamentais e não governamentais, porém pontuasse que em decorrência da ausência de compromisso político para com as causas ambientais por parte dos nossos administradores, não tem sido pragmatizado os objetivos ansiados pelas políticas que visam garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, a seguir no quadro 2 apresenta-se os principais eventos que contribuíram para a evolução e desenvolvimento da EA no país.

Quadro 2 - Evolução e desenvolvimento da EA no Brasil

EVENTO	DESCRIÇÃO CONTEXTUAL
Encontro de Brasília/Distrito Federal- 1991	Em novembro do ano de 1991 foi realizado no distrito federal o Encontro Nacional Técnico de Educação Ambiental da Região Norte, este foi organizado pelo Ministério da Educação e Cultura em consonância com a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, o referido teve como principal objetivo estabelecer prioridades, estratégias e recomendações no tocante à operacionalização das ações de cunho ambiental na região.

² Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. Saiba mais em Relatório Brundtland (1991).

Encontro da Região Centro-Oeste/Brasília- 1991	Nesse Encontro não foi seguido o recomendado no Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental realizado em 1991. Os participantes desse evento decidiram apresentar critérios e estratégias para a implementação de projetos de magnitude global.
Encontro de Manaus - Estado do Amazonas/Brasil- 1992	Em abril do ano de 1992, realizou-se em Manaus o Encontro Técnico de Educação Ambiental da Região Norte, neste foi estabelecido prioridades, estratégias e recomendações para operacionalizar as ações ambientais de abrangência regional.
Encontro de Natal- Estado do Rio Grande do Norte/Brasil- 1992	Realizou-se em Natal – RN, no ano de 1992 o Encontro Técnico de Educação Ambiental da Região Nordeste, neste foi aprovado em plenária um documento que consolidou as principais decisões do referido, sendo estas: bases filosóficas, diretrizes, critérios e estratégias para implementação de Programas de Educação Ambiental na citada região.
Encontro da Região Centro-Oeste/Brasília -1992	O distrito federal sediou o Encontro Técnico de Educação Ambiental da Região Centro-Oeste, ocorrido em maio de 1992, neste a plenária aprovou um documento que consolidou as decisões que processaram-se no mencionado evento tendo como foco ações ambientais de amplitude regional.
Encontro de Foz do Iguaçu/ Estado do Paraná- 1992	O I Encontro Nacional dos Centros de Educação Ambiental, ocorreu em Foz do Iguaçu-PR, em dezembro de 1992, este agregou especialistas dos Centros de Educação Ambiental, especialistas de diversas áreas do conhecimento, especialistas do Departamento Técnico dos Ministérios de Educação e Cultura, das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, das Universidades, com o objetivo de discutir as propostas curriculares, metodologias para a capacitação e para as atividades a serem desenvolvidas nos citados Centros de Educação Ambiental.
I Conferência Nacional do Meio Ambiente/Brasília- 2003	A I Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizou-se em Brasília no ano de 2003, envolveu agentes da comunidade científica e não científica, teve como foco central discutir o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente, contou com uma participação de 65 mil pessoas em todo o país e obteve como resultado a sistematização de 659 deliberações de competência do ministério do Meio Ambiente e 336 recomendações de competência de outros órgãos.
II Conferência Nacional do Meio Ambiente/Brasília- 2005	A II Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizou-se em Brasília em 2005, teve como tema principal a gestão integrada das políticas ambientais e uso dos recursos naturais, registrou uma participação de 86 mil pessoas em todo o país e obteve como resultado a consolidação de 780 deliberações de competência do ministério do Meio Ambiente e 51 recomendações de

	competência de outros órgãos participantes.
IV Conferência Nacional do Meio Ambiente/Brasília- 2013	A IV Conferencia Nacional do Meio Ambiente, realizou-se em Brasília no ano de 2013, teve como eixo problematizador a implementação da política de resíduos sólidos, registrou uma participação de 200 mil pessoas em todo o Brasil.

Fonte: Organizado pelo autor.

Mesmo com a realização de variados eventos em escala nacional, certifica-se que ainda prevalece no cerne da sociedade brasileira práticas insustentáveis, onde o consumismo exacerbado, o desperdício aguado e a ganancia financeira, esculpem-se enquanto principais responsáveis por essa crise ambiental sem precedentes.

2.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ÓTICA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs

Ao longo da história, a educação brasileira sempre esteve sob o comando de uma parcela seleta da sociedade, esta foi organizada a princípio para atender os interesses das camadas sociais que detinham o poder, fato que desencadeou na construção e/ou propagação de um sistema educacional inautêntico, onde as políticas públicas são percebidas como diretrizes substanciais a serem executadas, como afirma Santos (2002, p. 352):

(...) os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados por um grupo, com a colaboração de intelectuais dos diferentes campos disciplinares, eles fatalmente irão apresentar inconsistências ou divergências implícitas, mesmo que a mão hábil de seus redatores tenha procurado atenuá-las ou suprimi-las. Além disso, as vozes discordantes, que se levantaram contra sua orientação, ou contra a forma como foram elaborados, estão atuando em outras esferas, sejam elas estaduais ou municipais, e articulando propostas mais compatíveis com suas ideias. Dessa forma, a pretensão a um projeto nacional configura-se como inviável, não porque vivemos em um país de dimensões continentais, mas porque o próprio processo de elaboração curricular só pode ser pensado em uma dinâmica constante de construção e reconstrução que se inviabiliza, quando se cristaliza em propostas como a dos Parâmetros.

Neste sentido, elucida-se que grande parte dos projetos governamentais direcionados a melhoria da qualidade educacional do país são na verdade modelos a serem compilados, onde as especificidades dos múltiplos espaços que constituem a federação não são levadas em consideração. Sendo assim, a pretensão de um projeto nacional configura-se como inviável, não porque vivemos em um país de dimensões continentais, mas porque o próprio processo de elaboração curricular só pode ser pensado em uma dinâmica constante de construção e reconstrução sem desvincular-se da espacialidade e/ou identidade de cada indivíduo, o que se inviabiliza quando se cristaliza em propostas como a dos Parâmetros.

Como os PCNs foram elaborados por uma equipe de intelectuais dos diferentes campos disciplinares, estes indubitavelmente irão apresentar inconsistências ou divergências implícitas, para que estas possam ser apercebidas e/ou desmistificadas é fundamental que o grupo ao qual se direciona este plano seja detentor de uma ampla criticidade, particularidade inópia em grande parte dos centros de educação do país.

Ao investigar e problematizar a filosofia adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais no que diz respeito à temática Meio Ambiente comprova-se a prevalência de um trabalho dúbio, pois aponta os caminhos para o alcance de um desenvolvimento sustentável concomitantemente, dissimula o papel do estado na implementação dessa diligência. Ainda nesta análise da problemática ambiental, o referido programa ressalta que:

Os recursos naturais e o próprio meio ambiente tornam-se uma prioridade, um dos componentes mais importantes para o planejamento político econômico dos governos. Passam então a ser analisados em seu potencial econômico e vistos como fatores estratégicos. O desnível econômico entre grupos sociais e entre os países, tanto em termos de riqueza quanto de poder, criam vetores importantes de pressão sobre as políticas econômicas e ambientais em cada parte do mundo. E, além do mais, o poderio dos grandes empreendimentos transnacionais torna-os capazes de influir fortemente nas decisões ambientais que governos e comunidades deveriam tomar, especialmente quando envolvem o uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2001, p. 21)

Ao arguir meticulosamente a respeito dessa informação, evidencia-se uma dada preocupação com relação à problemática ambiental, assim, percebe-se que

esta é reputada como sendo meio preeminente para o progresso econômico, praxe adversa aos princípios da sustentabilidade socioambiental. De acordo com algumas diretrizes elencadas nos PCNs a escola:

(...) deverá, ao longo de todas as séries do ensino fundamental, oferecer meios para que cada educando compreenda os fatos naturais e humanos a esse respeito, desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais que lhes permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa. (BRASIL, 2001, p. 39).

Com relação a esta aceção nota-se que o trabalho de educar e/ou formar cidadãos e cidadãs ecologicamente corretos é apontado como sendo função exclusiva das instituições de ensino, cabe ressaltar que a escola contribui, mas não é a única responsável pela formação do sujeito ou por uma mudança de hábitos da sociedade. Esta influência na transformação das relações sociais entre os seres humanos e o meio deve encontra-se em co-disposição com outras organizações.

Ainda de acordo com estes Parâmetros, pressupõe-se que o trabalho com o tema MA contribua para que os (as) educandos (as) ao término do ensino fundamental sejam capazes de:

(...) Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente/ Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis/Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida/ Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio/ Compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem aplicando-o no dia-a-dia/ Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural/ Identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente (BRASIL, 2001, p. 39).

Dessa forma, para que esses objetivos sejam atingidos torna-se fundamental que a comunidade escolar ultrapasse os muros das escolas, seja detentora de uma política trans e multidisciplinar, fundamente-se nos conceitos básicos da aprendizagem, conte com o apoio de autores externos, como: representantes da sociedade civil organizada, diretores de indústrias, instituições governamentais, entre outros, como também, seja portadora de autonomia em todos seus aspectos, o que não faz parte da realidade de diversos coletivos escolares existentes no país. Assim, a proposta dos PCNs, direcionadas ao Tema Meio Ambiente apercebe-se como um elenco de conteúdos que não atende as exigências e diversidade do espaço geográfico brasileiro, simultaneamente corrobora com a propagação de políticas públicas direcionadas a atender os anseios das classes dominantes, preceitos antagônicos a filosofia ambiental contemporânea.

2.5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A sociedade contemporânea se caracteriza pela rapidez das transformações, informações e da adoção de valores sociais e culturais que resultaram nesta crise ambiental³, a qual tem gerado um momento de busca de novos paradigmas. A educação, enquanto instrumento de mudanças sociais, tende a passar por uma reconstrução, que se fundamenta entre outros fatores, na reflexão sobre o papel da escola no contexto atual (ROSA, 2003).

Para Oliveira apud Rosa (2003), o grande desafio da educação ambiental atualmente é ensinar a pensar. Portanto, precisamos de uma escola que provoque a reflexão, que envolva educandos no processo de ensino-aprendizagem, tornando-os protagonistas, de modo que possam formaram-se cidadãos críticos capazes de interagir-transformar significativamente o meio em que vivem, e enfim, exercer sua cidadania.

É no bojo dessa interface, escola-sociedade que a educação ambiental

³Vivemos um momento sócio-histórico marcado por uma notável multiplicação de riscos naturais e tecnológicos e pela permanente sombra da incerteza, ambos característicos da modernidade avançada. A crise ambiental que vivenciamos, mais que “ecológica”, é produto das contradições e das crises da razão e do progresso. Compreender um processo crítico dessa magnitude e reagir a ele requerem pensamento e sensibilidade complexos, bem como a rejeição de todas as formas de reducionismo. (LIMA apud CAMARGO, 2003, p. 41).

contemporânea dimensiona-se e propagar-se, tendo em vista ser um processo transcendente do viés naturalista, constituinte da intersecção entre aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos, premissas imprescindíveis na formação humanística dos sujeitos. Neste sentido, Oliveira (2011, p. 7) pondera que:

É comum perceber o não entendimento de que o meio ambiente não é apenas fauna e flora, e que os seres humanos também fazem parte da natureza. Boa parte daquilo que se diz tratar de Educação Ambiental hoje em dia, na verdade, se identifica com atitudes desvinculadas do contexto no qual se insere ou com o qual interagem alicerçadas em conceitos vazios, palavras ocas ou ativismo irrefletido.

Essa compreensão reducionista em torno do termo 'meio ambiente' tem sido frequentemente observado na rotina pedagógica das instituições de ensino, essas quando tratam de tal problemática, limitam-se a um entendimento meramente ecológico-naturalista, fato comprovador da necessidade de viabilizar-se o desenvolvimento de estratégias didáticas capazes de chegar a esses espaços formativos e resignificar cognições dessa natureza.

Neste sentido, convém problematizar-se qual seria o foco pedagógico no que diz respeito à educação ambiental no contexto escolar, já que as premissas ambientais não limitam-se a didatização de conteúdos, mas a formação individual e coletiva dos sujeitos a partir de um prisma holístico, como também, proporcionam a tessitura de relações sociais, fatores preponderantes para que se possa alcançar uma sociedade cunhada nos princípios do conhecimento, da solidariedade, da equidade, da responsabilidade com esta e com as futuras gerações. Seguindo essa linha de raciocínio, Silva (2010, p. 18) acrescenta que:

(...) a Educação Ambiental é um processo de ensino aprendizagem, onde são desenvolvidas ressignificações qualitativas aos educandos, enquanto atores sociais, através de uma análise e compreensão do meio ambiente e das relações sociais, políticas, econômicas e culturais estabelecidas entre o sujeito e a natureza, como meio de ação política do conhecimento ambiental, com a finalidade da construção de um pensar crítico, instruído por princípios como: ética cooperação, participação ativa, responsabilidade social e pensamento sustentável (SILVA, 2010, p. 18).

Mediante a essa acepção, ratifica-se a precisão da educação ambiental ser abordada na ambiência escolar a partir de uma postura crítica-reflexiva, onde a compreensão holística do meio ambiente seja o fio condutor, para que dessa forma discussões de cunho meramente naturalista possam ser superadas, sucedidas por uma nova maneira de ver e entender as relações entre o humano e o natural, e é respaldado nessa nova ótica que se propõem novos valores sociais e morais no que concerne às questões ambientais.

Embora a inserção da educação ambiental nos currículos escolares encontre-se arremetido no art. 225 da Constituição de 1988, onde este registra que “cabe promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Contudo, denota-se ainda um verdadeiro abismo entre os interstícios constitucionais e o que efetiva-se na prática. Souza (2007, p. 73) destaca que:

Mesmo a Educação Ambiental tem se tomado uma exigência constitucional a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais, ainda está longe de ser uma atividade aceita e desenvolvida em nossa sociedade, pois implica profundas mudanças. A Educação Ambiental introduzida nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino do currículo formal e interdisciplinar pode contribuir para produzir mudanças de comportamento pessoal, de atitudes e valores dos cidadãos, no sentido de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Sendo assim, denota-se que a dimensão ambiental configura-se numa forma abrangente de educação, esta apresenta-se para os educandos através de um processo pedagógico participativo-permanente que vislumbra proporcionar uma formação ativa-crítica sobre a problemática ambiental, entendendo-se enquanto crítica a capacidade de apreender a gênese e propagação dos problemas ambientais contemporâneos. Nesta perspectiva, Santos e Fernandes (2000, p. 23) acentuam a 2ª Recomendação da Conferência de Tbilisi conforme discutida acima, que trata das finalidades, objetivos e princípios da educação ambiental, sendo evidenciado nas seguintes alíneas:

- **Conscientização:** Levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global, dos problemas conexos e de se mostrarem sensíveis aos mesmos. Isto significa que a educação ambiental deve procurar chamar atenção para os problemas planetários que afetam a todos;
- **Conhecimento:** Levar os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão essencial do meio global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano;
- **Comportamento:** Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade;
- **Competência:** Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o necessário à solução dos problemas. Nem todos têm capacidade técnica para resolver os problemas ambientais. Reconhecer essa deficiência é um primeiro passo para superá-la;
- **Capacidade de avaliação:** Levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa. Fundamental para a participação de o cidadão decifrar a linguagem dos projetos de riscos ambientais elaborados por técnicos especializados. A capacidade de avaliação permite ou não que os projetos duvidosos sejam efetuados. A educação ambiental deve procurar traduzir a linguagem técnico-científica para compreensão de todos.
- **Participação:** Levar os indivíduos e grupos a perceberem suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para solução dos problemas ambientais. Procurar nas pessoas o desejo de participar na construção de sua cidadania. Fazer com que as pessoas entendam a responsabilidade, os direitos e os deveres que todos têm com uma melhor qualidade de vida.

Ao analisar e refletir sobre essas finalidades, objetivos e princípios, denota-se a relevância de considerar a compleição ambiental no fazer pedagógico, tendo em vista a preponderância que a escola exerce na constituição individual e coletiva dos sujeitos que ela educa e transforma. Seguindo essa linha de entendimento,

Souza (2007, p. 81) ratifica que:

Para integrar a educação ambiental de forma efetiva, com a escola, é necessário que ela seja respeitada na sua exata dimensão, isto é, constituída como uma atividade humana, essencialmente interdisciplinar. Portanto, a educação ambiental por ser interdisciplinar, não se permite que se possa transformá-la em uma disciplina autônoma no currículo escolar, e por lidar com a realidade, pode adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que interessa ao papel da escola que não pode ser vista como um ambiente de trabalho amontoado de gente trabalhando, com amontoados de papel. A escola precisa assumir o seu papel de agente otimizador de mudanças, de melhoria do ambiente total e da qualidade, afinal é o espaço em que se trabalha o processo educativo formal de cidadania consciente.

A partir dessa elocução, verifica-se a necessidade de explorar a educação ambiental a partir da realidade dos educandos, considerando os conhecimentos prévios destes, embora se tenha ciência da precisão de ampliar-se esses saberes. Igualmente, vislumbra-se que esta deve ser trabalhada/didatizada de maneira interdisciplinar, rompendo o paradigma da unilateralidade, conforme coloca a Política Nacional de Educação Ambiental, por meio da Lei 9795/99. Germano Seara apud Milaré (2005, p. 678), afirma que:

A grande maioria dos especialistas defende a ideia de que somente a abordagem interdisciplinar seria adequada, a saber, um enfoque que não apenas leve a questão ambiental para dentro das disciplinas, mas provoque certa comunicação metodológica entre elas, tornando essa atividade uma preocupação unitária da escola como um todo, através de programas integradores que dêem contato ao mesmo tempo da complexidade e da interconexão dos vários componentes do ecossistema global. Parece que o problema não será equacionado enquanto o corpo docente, vítima da compartimentalização do ensino, não tiver ao seu lado alguém com preparação suficiente para promover e ancorar tais programas, dar apoio técnico e coordenar recursos didáticos a serviço das várias disciplinas.

Diante dessa constatação, retomasse a ideia de perceber a problemática ambiental no contexto escolar, a partir de um entendimento que conceba a prática pedagógica por meio de um viés de intercessão/integração que não se limite a

transposição dos conteúdos, mas a construção de conhecimentos que dêem conta de mostrar a complexidade das relações que acontecem constantemente/mutuamente entre os vários elementos que dão forma ao ecossistema global.

É indiscutível a necessidade da educação ambiental ser tratada nos currículos escolares por meio do desenvolvimento de ações didáticas interdisciplinares cunhadas nos princípios da holisticidade. Para tanto, toda comunidade escolar precisa ser sensibilizada e, esse processo de sensibilização acontece quanto todos os sujeitos reconhecem-se enquanto parte, simultaneamente enquanto meio ambiente. Convém acrescentar, que esse reconhecimento deve ser difundido entre a presente e futuras gerações, como também, ultrapassar o muro das escolas, realidade ainda bastante insipiente no cenário educacional brasileiro.

2.6 GEOGRAFANDO A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR

A Geografia é a ciência que estuda as relações sociais estabelecida no espaço geográfico, ou seja, a interface ente sociedade e o meio. Esse espaço é transformado pelos seres humanos e está, por isso, em constante modificação. Contudo, é uma ciência horizontal, seu campo de estudo é amplo e dialoga permanentemente com outras ciências, transcendendo seu próprio saber. Por essa razão, a Geografia, em virtude de sua orientação, diferencia-se dos demais saberes científicos, por trata-se de um estudo categórico e complexo. Nesta perspectiva Moreira (2011, p. 63), acrescenta que:

O espaço é objeto da geografia. O Conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica.

Ainda de acordo com Andrade (1985), o espaço geográfico, como já

salientamos, ao contrário do espaço natural, é um produto da ação do homem. Este, sendo um animal social, naturalmente atua em conjunto, daí ser o espaço geográfico eminentemente social que transforma sempre o espaço em que vive e, ao transformá-lo modifica a própria natureza, fazendo com que os desafios naturais à sua ação sejam divergentes dos desafios da própria natureza não modificada pelos humanos.

A partir dessa compreensão, pode-se fazer uma associação e constatar que atualmente a educação ambiental tem assumido um papel essencial na sensibilização dos sujeitos com relação aos conflitos que se estabelecem entre o homem e a natureza, ou entre o natural e o cultural, neste sentido os aspectos perceptivos tornam-se preeminentes, por ser através da percepção ambiental que o indivíduo, durante o processo educativo, toma consciência da necessidade de relacionar-se sustentavelmente com o meio natural. Essa perspectiva exige, no entanto, mudanças de aceções, atitudes e valores ambientais, principais desafios da educação ambiental contemporânea. Portanto, o estudo da perspectiva ambiental é de extrema importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, ações e satisfações, tanto individual quanto coletivamente.

Pesquisas realizadas por Silva (2000; 2002), Silva e Andrade (2000), Silva e Leite (2000; 2001) revelam que “a maioria dos educandos pesquisados no Ensino Fundamental do Estado da Paraíba percebem meio ambiente enquanto natureza e o ser humano fora dessa natureza”. Silva (2004).

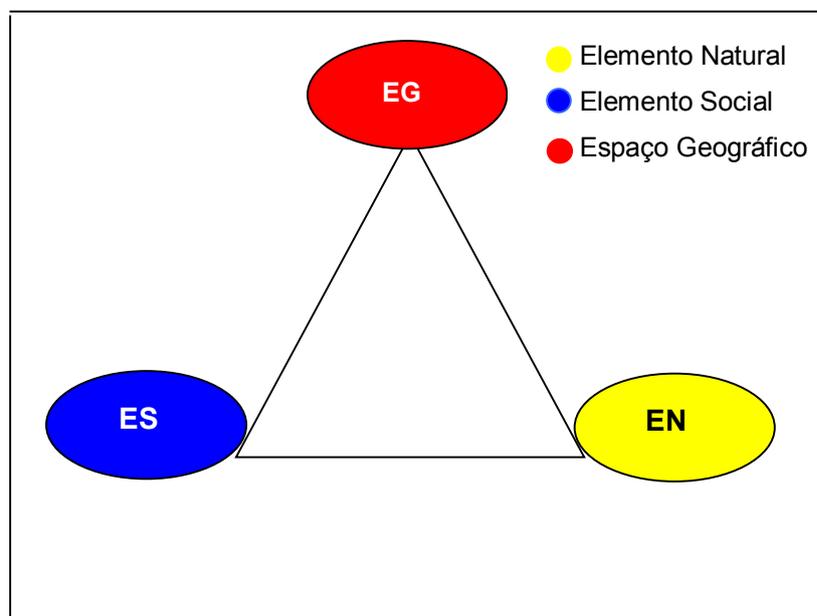
Essa cognição reducionista de identificar meio ambiente a partir dos elementos naturais e distanciar o gênero humano de tal contexto, configura-se e dilata-se por meio de bases antropocêntricas/imediatista que não consideram as interações existentes entre o social e o natural. Pinheiro (2004) acrescenta que: percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente através de mecanismos perceptivos e cognitivos.

Sendo assim, pode-se definir cognição ambiental como uma tomada de consciência do ambiente pelos seres humanos, ou seja, o ato de perceber/conceber o meio ambiente em que está inserido. Rosa e Silva (2000) expressa que percepção ambiental é a forma como o indivíduo ou grupo social vê, compreende e se comunica com o ambiente, cabe ressaltar que essa maneira de coagir/relacionar-se com o ambiente constitui-se a partir dos contatos sociais, dos hábitos, dos

costumes, ou seja, de tudo o que está em torno do sujeito.

Ao abordar essa problemática no âmbito da Geografia, retomamos a algumas discussões que marcaram fase no último quarto do século passado, quando se dicotomizava esta ciência em Geografia Física, direcionada aos elementos naturais e Humana, voltada para os aspectos sociais. É então necessário adiantar que essa perspectiva dualista manteve-se em evidência até meados do século XX, pois no campo do pensamento geográfico moderno, a abordagem ambiental se concretiza a partir de uma recíproca interação entre o natural e o social – Figura 2.

Figura 2 - Esquema Teórico Interacional do Pensamento Geográfico Hodierno



Fonte: Farias (2019)

Ao se refletir essa relação nos aproximamos de sua condição *sin no quo non* constituída pela percepção ambiental dos sujeitos na maneira diversa de olhar o ambiente, na forma como o ser humano compreende as leis que o regem, Silva (2000). Essa percepção ocorre através de uma tela resultante de conhecimentos, experiências, crenças, emoções, culturas e ações. Essa tela não ocorre imediatamente, mas progressivamente.

Assim, observa-se que o entendimento de ambiente dar-se quando o ser humano detém a capacidade de ler e interpretar no seu espaço de vivência, mecanismos que envolvam não apenas os fatos naturais, mas também estratos voltados para o campo sociocultural, como menciona Macedo (2000, p. 202):

Perspectiva ambiental são as diferentes maneiras sensitivas que os seres humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos, processos ou comportamentos ambientais observados 'in loco'. Realça-se a importância da percepção ambiental, principalmente por ser a mesma, considerada a precursora do processo que desperta a sensibilização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas.

Desta forma, para entender o sentido de percepção ambiental, o sujeito deve ser detentor de um alto poder de reflexão e/ou interpretação, por se tratar de um processo interpessoal que envolve vivências, experiências, expectativas, manifestações, emoções, dentre outras particularidades evidenciadas continuamente nas conjugações que se instauram entre homem e meio natural.

Diante deste contexto, para que os pressupostos desenvolvidos pela educação ambiental respaldados nos documentos e leis aqui citados possam promover mudanças de valores, hábitos e posturas diante do meio ambiente, torna-se fundamental investir-se numa (trans) formação/desenvolvimento de cidadãos críticos e ativos capazes de superar os problemas sociais contemporâneos, a partir de fomentos instrucionais de caráter, inter, multi e transdisciplinar, ambos direcionados para a necessidade de preservar e conservar os recursos naturais existentes na Terra.

Neste sentido, Boff (2003), demonstra que sem uma educação sustentável, o Planeta Terra continuará apenas sendo considerado como espaço de nosso sustento e de domínio tecnológico, objeto de nossas pesquisas, anseios e, algumas vezes de nossa contemplação.

Logo percebe-se, a necessidade de adquirir-se uma nova ética socioambiental impulsionadora do desenvolvimento sustentável. Para tanto, faz-se necessário que ocorram modificações de percepção ambiental dentro da prática pedagógica dos múltiplos coletivos educacionais existentes no país, inclusive na visão de ambiente da comunidade em foco conforme evidenciou-se ao longo dessa discussão.

Tanto no campo do conhecimento geográfico quanto das demais ciências, é impossível dissociar as vertentes naturais dos aparatos sociais e humanos, conforme interpretado por Mendonça (2001, p. 121):

A partir do momento em que a natureza se transforma num processo geral, em objeto de uma ciência – a evolução biológica, a dinâmica dos ecossistemas – esses objetos biológicos devem incluir os efeitos das relações sociais de produção que os afetam. E esses efeitos devem ser considerados em suas determinações sociais e históricas.

Ainda convém aduzir-se que a perspectiva ambiental hodierna tem buscado continuamente impulsionar a promoção de subjetividades socioambientais, concomitantemente desmistificar os discursos de base capitalista, estes constituem-se como trâmites adversos ao progresso da filosofia ambiental.

Feita essas considerações, e observando o contexto atual, conclui-se que a relação do meio ambiente com os sentidos e comportamentos humanos manifesta-se constantemente por meio de ações humanas nos objetos materializados no espaço, e é por intermédio dessa interface que se apercebe e tenciona-se a convivência socioambiental.

2.7 DISCUTINDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE FOMENTOS GEOGRÁFICOS

As discussões acerca da problemática ambiental remontam as décadas de 1960/1970 quando ecólogos por meio de movimentos ecologistas demonstraram a necessidade de mudar o espontaneísmo determinado pela apropriação privada da natureza associada ao desenvolvimento tecnológico. Esse desenvolvimento vem distanciando a relação existente entre homem/natureza e causando transformações consideradas intensivas e extensivas geradoras de uma acumulação gradativa de problemas ambientais.

Diante de tal contexto, a Educação Ambiental (EA) passa a exercer um papel extremamente relevante, encarregando-se de transparecer para o convívio social que apegar-se a um sistema imediatista em que a filosofia do ter prevalece sobre a do ser, tornando-se o fator gerador de uma acumulação gradativa de impactos ambientais. Esse pensamento comprova-se nas palavras Deperon (2004) quando afirma que a educação ambiental deve evidenciar mudança de atitudes, valores e ações na forma de se relacionar com a vida e com a natureza. Sendo assim, pensar o ambiente significa introduzir novas formas de percepção. Ainda de acordo com o

Conselho Nacional do Meio Ambiente, a educação ambiental deve ser compreendida como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre questões que levem à participação das comunidades para a preservação do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2002).

Para que essa formação crítica aconteça de maneira preponderante, torna-se indispensável despertar no sujeito a capacidade de ler e interpretar o ambiente, as relações e conflitos aí presentes, onde só será possível a partir do momento que a educação ambiental, subsidiada de “conhecimentos geográficos”, ultrapassar os paradigmas positivistas e dotar-se de uma postura transversal que tenha como eixo norteador a construção de uma prática pedagógica baseada na realidade de cada aprendiz.

Neste sentido, observa-se a necessidade de (re) educar os cidadãos a fim de que possam atuar de modo responsável, conservando o ambiente saudável, passando assim a compreender, exigir e respeitar os direitos próprios e dos diversos seres, como também, ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social, uma vez que a noção de meio ambiente constitui-se a partir de um “conjunto de condições, leis, influencia e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 2002). A partir disto, têm-se a importância de acometer-se numa compreensão ambiental a partir das inter-relações entre o social e o natural.

É no cerne dessas vinculações que a dimensão ambiental alude-se ao pensamento geográfico, em virtude deste ser produzido e dilato a partir de confluências que se estabelecem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio, estes integram também os aspectos econômicos, sociais e culturais de um meio. (MENDOÇA, 2001).

Pautado em uma análise epistemológica, assegura-se que inúmeros são as pesquisas voltadas para a temática ambiental, cabe aqui nos indagar se essas investigações estão realmente alcançando os objetivos desejados, ou se existe uma carência de efeitos e/ou contextualização nesses estudos. De acordo com Silva (2004, p. 20):

O que se pretende com a Educação Ambiental é a ligação do ser humano com a natureza interna e externa. Em Educação Ambiental é essencial que o educador associe a aprendizagem de informação e a vivência de atividades que possibilitem o desenvolvimento da sensibilidade, de criatividade e da ludicidade como a prática de ações e atitudes ambientais corretas, o que possibilitará ao educando ver, pensar, sentir e agir em consonância com o meio ambiente, proporcionando a integridade do conhecimento, assim enfatizando a necessidade de preservar e/ou conservar os recursos ambientais. (SILVA, 2004, p.20).

Em relação a essa asserção torna-se evidente o distanciamento que há ente o discurso pronunciado e as práticas efetivadas nos espaços acadêmicos, o que contribui para a propagação de uma educação ambiental apática, inautêntica, incapaz de (re) introduzir outros modos de vida para que se possa promover a transformação e/ ou (re) construção de uma nova sociedade, onde o planejamento, a equidade, a sustentabilidade, tornem-se artifícios preeminentes.

Cabe aqui ressaltar, que por mais que os discursos do desenvolvimento sustentável propagados pelos mais variados canais de comunicação carregam consigo a iniciativa de fomentar mudanças socioambientais no envolvimento humano, as instituições e empresas de base capitalista sempre estarão buscando desarticular tais perspectivas.

Para tanto, faz-se necessário que as atitudes humanitárias sejam individuais e coletivas, caso contrário, encontraremos apenas práticas reduzidas, disjuntivas, ações isoladas que pouco contribuem para o melhoramento da qualidade ambiental. Nesse sentido, compete ao sujeito despertar para a necessidade de converter determinadas posturas, atitudes e comportamentos frente ao meio ambiente.

Outro princípio que merece ser destacado nesta reflexão, diz respeito à necessidade de explicitar para a sociedade que a formação social e ecológica do indivíduo não é tarefa apenas de uma instituição social (escola), mas da nação como um todo, pois como afirma Souza (2007, p. 74):

A tarefa de educar não compete apenas à escola, é também uma responsabilidade da sociedade pelo processo como um todo: família, estado (governo) e a mídia; esta última constitui a maior fonte de informação que a maioria das crianças e das famílias possuem em seu meio ambiente.

Desse modo, confirma-se a precisão de translucidar para a sociedade que o espaço escolar não se configura como sendo o único responsável pela formação da consciência ambientalista ou por uma mudança de hábitos, este influi, mas a transformação das relações sociais entre os seres humanos e o meio natural requer uma alto-integração entre todos os setores subsistentes ao convívio social.

Embasado numa concepção sistêmica, pode-se assegurar que para a educação ambiental alcançar os objetivos propostos, torna-se indispensável à execução dos seguintes princípios: área de abrangência, a permanência e a consciência crítica por parte do grupo social envolvido. Em relação ao princípio da abrangência compreende-se que a obtenção de êxito no processo educativo só acontece a partir do momento que este passa a envolver todo um coletivo levando em consideração os lugares vividos por este, o requisito da permanência tem como finalidade atentar para que a perspectiva ambiental seja trabalhada de forma consistente e ativa nos mais variados espaços sociais, e por fim o preceito da consciência crítica que propõem despertar no indivíduo o censo crítico, destarte, contribuir para o exercício da cidadania, objetivando assim a constituição de uma sociedade consciente e ecologicamente sustentável.

Sobre estes preceitos, ainda salienta-se que a educação ambiental não pode e não deve ser limitada apenas ao local (interior), esta deve partir de uma significação particular para uma projeção global, em virtude de sua ideologia ser respaldada a partir da confluência de fatores ecológicos, econômicos, sociais, políticos, culturais e éticos, fundamentos essenciais para a formação cidadã.

Outro aspecto desencadeador de múltiplos questionamentos em torno dessa problemática diz respeito às práticas de cunho reduzido adotadas nos mais variados âmbitos sociais, políticos e econômicos, pois se costuma associar e/ou delimitar o meio ambiente apenas aos fatores naturais, essa nossa reflexão é confirmada por Carvalho (2006, p. 12), quando ressalta que:

No universo daquilo que chamamos de “ambiente” é muito frequente o fato de o trabalho pedagógico recair sobre as interações com o ambiente natural, seja buscando sua compreensão biológica/física, seja problematizando os impactos da ação humana sobre a natureza. Em ambos os casos corre-se o risco de tomar a tradição naturalista como matriz explicativa e resumir o meio ambiente à natureza (...) Essa lente “naturalista” é um dos polos em oposição aos quais práticas de Educação Ambiental crítica têm vivenciado novas leituras e interpretações.

Essa tendência de deslindar meio ambiente apenas aos elementos naturais vitaliza o discurso determinista da Geografia, este apregoava a ideia de que as condições naturais, especialmente as climáticas, determinavam à existência e o comportamento humano, interferindo assim na sua capacidade de evoluir. Tal perspectiva confirma-se a partir da teoria ratizeliana quando elucida que “a natureza é quem determina a ação humana”. Vale ressaltar que essa perspectiva foi vanguardada até o final do século XIX e início do século XX, quando passou a ser questionada por outros paradigmas, concomitantemente o Possibilismo, o Método Regional, a Nova Geografia e a Geografia Crítica. Sem desfazer-se de nenhuma dessas concepções, todas responderiam ao seu modo, por uma aproximação da geografia as relações homem/natureza.

Diante dessa linha de contradições, definições e reflexões, o que se observa atualmente é “uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo ‘socioambiental’, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza”. Mendonça (2001).

Como já se evidenciou anteriormente, as discussões e conquistas galgadas pela educação ambiental são frutos de constantes embates populares, neste intento a Constituição Brasileira no seu Artigo 225 assegura que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Visando contribuir com a mudança de percepção ambiental da sociedade brasileira as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAS), as Redes de Educação Ambiental em concomitância com outras organizações, elaboraram o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que tem como principal escopo colaborar com a construção de um Brasil sustentável.

Para tanto, o supracitado programa, fomentou-se por intermédio da propagação de um viés focado no desenvolvimento de atitudes e/ou posturas equídeas perante todas as formas de vida existentes no planeta, premissa ímpar para o alce de uma educação ambiental sistêmica, transformadora capaz de atender a complexidade dos múltiplos espaços bióticos e abióticos.

Daí denota-se a necessidade de adquirir-se novos valores e atitudes frente às questões ambientais, só assim poderá alcançar o enraizamento de uma cultura respeitosa no meio social, reconhecendo a importância que cada elemento seja ele de ordem natural ou social detém na formação desse grande organismo chamado “Terra”. Outrossim, declara-se a precisão de empregar o tema “Meio Ambiente” de maneira transversal, o que não ocorre nos mais variados espaços socioambientais.

Desta forma, tem-se conhecimento de que a percepção ambiental envolve uma complexa rede de relações procedentes da confluência de múltiplos fatores onde o entendimento do lugar segundo Moreira e Hespanhol (2007) é considerado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real e simbólico), que tornam-se o marco principal para que o sujeito possa desmistificar e compreender o ambiente global a partir de sua espacialização.

No entanto, para que esse pensamento “geossistêmico” possa ser realmente difundido e propicie a formação de uma sociedade ecologicamente sustentável, é preciso que ocorra um relacionamento mais intenso e extenso entre o sociocultural e o natural. Desta feita, atingiremos aos anseios lobrigados pela perspectiva ambiental intencionada nesta pesquisa. Segundo Brito (2004, S/P) nesta acepção:

A escola deve ter como imprescindível a estimulação do exercício pleno da cidadania, almejando o aprendizado de novos valores que busquem a constituição de uma sociedade mais justa e sustentável. Por meio da educação ambiental, que faz com que os educandos compreendam o funcionamento, a dependência e como podem ser afetados, espera-se que possam participar ativamente de sua proteção e melhoria.

Portanto, aplicar a Educação Ambiental de forma pluralista no ambiente escolar acredita-se ser o viés de maior relevância, em virtude deste contexto ter como principal função proporcionar ao indivíduo a capacidade de ler o mundo a partir de suas especificidades, como também, mostrar que para continuarmos a existir necessitamos iminentemente mudarmos nossas práticas e posturas frente aos recursos naturais.

2.8 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS PARA AS ESCOLAS DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

A educação ambiental configura-se enquanto marco basilar no que diz respeito à execução de práticas sustentáveis no contexto do Semiárido Brasileiro,⁴ especificamente paraibano, bem como, para a construção e difusão de comportamentos-posturas sensíveis no que tange as questões ambientais. Sendo assim, tem tornado-se cada vez mais inconteste a precisão da efetivação desta para que se possa alcançar a reversão dos atuais índices de degradação do meio ambiente.

Diante dessa realidade, a escola é percebida enquanto espaço de excelência, esta após o núcleo familiar é a instituição que exerce maior influencia na constituição e tomada de decisões dos sujeitos, como também, lugar que concentra coletivos humanos que mantém conexões contínuas e propagam conhecimentos que não limitam-se a ambiência escolar, mas que atingem os mais inusitados lugares. Neste sentido, Silva (2012, p. 182) chama a atenção para alguns aspectos que precisam ser pormenorizados, em decorrência de:

(...) um estudo da educação ambiental que se pratica dentro da sala de aula pode ser justificado por diversos aspectos: a) porque a educação ambiental formal é a que mais se tem difundido no Brasil, b) porque as escolas estão ambientalizando seus currículos, c) porque após a Rio 92 houve uma investida por parte do Estado na produção de conteúdos e subsídios para essa temática no âmbito escolar, d) porque muitas práticas educativas ainda se orientam por uma perspectiva puramente conteudística, e) porque embora existam práticas biologicistas, acríicas e descontextualizadas faz-se necessário identificar práticas exitosas.

⁴ O Semiárido Brasileiro (SAB) é uma região que abrange “oito estados da federação (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) mais a parte norte de Minas Gerais”. (MEDEIROS, 2012, p, 28). De acordo com o Ministério da Integração Social (2017) o Semiárido possui uma área total que abrange cerca de 1.127.953 Km², e onde se situam aproximadamente cerca de 27.870.241 habitantes, distribuídos em 1.262 municípios. Essa região é caracterizada pelos baixos índices pluviométricos (inferior a 800 mm anuais), e elevadas temperaturas médias anuais (de 23°C a 27°C). Essa região, que em sua grande maioria se encontra dentro do bioma da Caatinga, apresenta diversas características que a tornam um espaço único, tanto no que tange à riqueza da biodiversidade como das experiências humanas lá construídas. (OLIVEIRA, 2019, p. 26).

Considerando esses critérios, destaca-se a importância de busca-se explorar a problemática ambiental no contexto escolar a partir de uma prática didática significativa, onde o ponto de partida de estudos com foco nessas questões seja o meio de vivência dos educandos, embora tenha-se ciência da necessidade de articula-se continuamente a dimensão local aos acontecimentos que acontecem numa extensão de maior abrangência

Convém acrescentar nesse certame, as contribuições que a Geografia pode favorecer ao explorasse a dimensão ambiental nas escolas do semiárido paraibano, esta tem como objeto de estudo o 'espaço geográfico' que caracteriza-se através das relações que se processam entre a sociedade-natureza, cerne central das discussões que alimentam o escopo da educação ambiental contemporânea. Rocha e Santana (2016, p. 2) lembram que:

Embora existam livros didáticos voltados à prática contextualizada do ensino de geografia aplicado à educação ambiental para o semiárido, faz-se necessária uma postura ativa dos professores em trabalhar esse conteúdo através de aulas de campo, que levem o aluno a reconhecer e interagir com a defesa das práticas ecológicas no ambiente em que está inserido. A vida em sociedade exige que tenhamos atitudes cidadãos nas causas ambientais, já que o modelo capitalista implantado nos influencia a todo o momento ao consumismo, o que gera a retirada, de forma indiscriminada, de muita matéria prima para as indústrias.

Todavia para que essa práxis aconteça, os educadores precisam perceber a relevância de suas práticas transporem os muros das escolas, é pedagogicamente impossível fazer valer os princípios da educação contextualizada limitando a construção de 'saberes' as quatro paredes da sala de aula, os múltiplos ambientes onde as instituições educacionais localizam-se, são superfícies que precisam ser estudadas e constituem-se enquanto verdadeiros laboratórios didáticos a serem explorados. A título de exemplo, refletimos sobre a percepção do semiárido paraibano, esse significa reconhecer a diversidade de sistemas ecológicos associados à riqueza de saberes humanos, que em uma relação imediata foram sendo modeladas ao longo do tempo e do espaço. Lacerda, Barbosa, Dornelas, Gomes, Lima e Silva (2015).

Torna-se imprescindível reassegurar, que o ensino de Geografia aplicado à

educação ambiental nas escolas do semiárido paraibano, tem acontecido a partir de aulas reprodutivas, distante da realidade dos educandos, estes pouco ouvem falar do seu meio de vivência nas atividades de cunho escolar, a partir disso surge a urgente necessidade de uma reestruturação curricular, só assim a ação educativa contemplará a realidade destes em todos os aspectos, fato ainda incipiente nos coletivos escolares aqui em destaque.

Sendo assim, é necessário desenvolver um ensino que busque despertar nos alunos uma postura crítica diante da realidade. Dessa forma, Castrogiovanni apud Souza, Ramos e Oliveira (2015) ressalva que cabe ao ensino de Geografia inseri-los em um mundo onde possam visualizar de forma consciente as relações dinâmicas que ocorrem na vida cotidiana, contribuindo para que os mesmos entendam o espaço produzido pela sociedade, compreendendo suas desigualdades e suas contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

Outro ponto a ser considerado nesse ensaio e que tem sido ostensivamente invisibilizado no fazer pedagógica da maioria dos educadores do semiárido paraibano, trata-se da necessidade destes atuarem explorando não só os recursos didáticos que são encaminhados para as unidades escolares em que exercem a docência, mas produzindo e reproduzindo continuamente materiais educativo que problematizem o 'lócus', além disso, possibilite aos educandos condições de entender os fatores que desencadeiam na promoção das diferenças regionais. Neste sentido, Silva (2012, p. 186) aponta para a:

necessidade de produção de material didático-pedagógico que considere as diferenças regionais manifestadas em suas múltiplas dimensões – o social, o econômico, o cultural e o geográfico – para que assim se obtenham respostas mais palpáveis às necessidades dos sujeitos participantes do processo educativo.

Essa ponderação retoma a ideia de que o ato de ensinar não caracteriza-se apenas pela transmissão-reprodução de conhecimentos, fato muito comum nas escolas do semiárido paraibano, mas enquanto uma ação educativa que provoca nos educandos uma postura crítica e reflexiva sobre os conteúdos ministrados em sala de aula e como materializar estes na vivência cotidiana, caso contrário,

efetivam-se apenas enquanto demanda curricular formal, carregados de inercia e sem qualquer sentido.

Portanto, ao considerar-se a educação ambiental, enquanto processo educativo, que tem como objetivo central a sensibilização ambiental dos seres humanos, aspirando modificar a percepção socioambiental da sociedade contemporânea, de modo a formar cidadãos e cidadãs, críticos, dinâmicos e atuantes, diligencia-se a necessidade de entender-se a interdependência que acontece entre homem e o meio, campo de atuação basal da ciência geográfica, daí justifica-se o quanto esta pode corroborar com a efetuação da dimensão ambiental nos recintos escolares situados no semiárido paraibano. Então, entender o papel da geografia escolar, significa compreender o que ocorre na sala de aula e ao mesmo tempo relacionar essa dinâmica aos fatores naturais e humanos que processam-se fora dela. Campos (2018, p. 31) acrescenta que:

A escola é um ambiente onde professores e alunos exercem a sua cidadania, mas em muitas escolas, tudo se passa como se o espaço fosse eterno, imutável e acabado. O desenvolvimento da cidadania e a formação da consciência ambiental tem na escola um local adequado para sua realização através de um ensino ativo com experiências participativas para este aprendizado, que supere os modos tradicionais.

Contudo, um dos maiores desafios quando se busca fazer uma educação transformadora, respaldada nos princípios da contextualização, é o rompimento do exercício docente fundamentado em correntes pedagógicas tradicionalistas. Desse modo, para uma maior eficácia da educação ambiental no cerne das nossas instituições de ensino, torna-se preeminente que além do coletivo escolar cada um de dos educadores sintam-se comprometidos permanentemente a procurar atividades alternativas voltadas para a transição de um contingente humano insustentável para uma sociedade ambientalmente equilibrada.

Logo, a contextualização do processo ensino-aprendizagem desencadeia diretamente no interesse de aprender, pois dar sentido àquilo que o educando aprende, fazendo com que relacione o que está sendo ensinado com sua experiência cotidiana. Campos (2018, p. 18) destaca que:

A contextualização da educação escolar no Semiárido significa construir, desde a escola, uma visão positiva desse lugar, reconhecer os saberes que as pessoas produzem no enfrentamento do dia a dia, construindo diferentes formas de viver nessa região. Nesse sentido, a contextualização tem um papel político de desmistificar a ideia de Semiárido atrasado, problematizando e ressignificando a ideia de Semiárido mediante a leitura crítica do mundo.

Essa referência comprova o quão significativo é contextualizar o ensino, é com base no estudo da vivência que educandos se reconhecem e constroem um sentimento de pertença ao lugar, sincronicamente politizam-se, empodera-se e passam a perceber as incontáveis possibilidades de viver-se bem em contextos historicamente estigmatizados, repleto de rótulos direcionados por sujeitos que se quer conhecem a realidade-versatilidade de ambientes quanto o semiárido, daí a urgente precisão de fazer valer os ditames da educação contextualizada.

Diante do exposto, confirma-se que para o desenvolvimento de uma educação ambiental autêntica nas escolas do semiárido paraibano no ensino de Geografia, torna-se fundamental oportunizar a realização de iniciativas que tenham o processo de sensibilização ambiental como principal objetivo, e para tal, é imprescindível que as instituições educacionais repensem, reaprendam e reavaliem suas práticas pedagógicas, premissa latente no campo da Geografia escolar contemporânea, razão pela qual justificasse a importância desta disciplina para o entendimento da dimensão ambiental nos currículos escolares.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentaremos os caminhos metodológicos percorridos para dar formato à pesquisa, concomitantemente, o campo de atuação do pesquisador e sujeitos envolvidos. Convém salientar que esta tem como principal nuance refletir sobre a educação ambiental e geográfica no contexto educacional. Dessa forma, a presente seção divide-se em: importância da pesquisa na educação ambiental e geográfica; tipo de pesquisa; pesquisa quali-quantitativa; técnicas de pesquisa; questionário; análise de dados e sujeitos da pesquisa.

3.1 IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRÁFICA

O ato de pesquisar pode ser compreendido enquanto premissa fundamental para a construção do conhecimento, é por meio da pesquisa que os indivíduos problematizam, investigam, testam hipóteses, descobrem práticas, sistematizam saberes, enfim, constroem conhecimentos. Nesse sentido, Silva (2004) diz que a pesquisa alimenta-se da dúvida, de hipóteses, alternativas de explicação e da superação constante de paradigmas. A educação alimenta o aprender a aprender, fundamentado em alternativas históricas. Nunca em receitas prontas.”

Neste sentido, educar pela pesquisa possibilita uma formação cidadã ativa e transformadora, pois os sujeitos passam a questionar o cotidiano, a identificar problemas e buscar soluções para estes. Para Araújo (1996, p. 19), pesquisa é:

um tipo de estudo que se fundamenta em determinados caminhos (métodos e técnicas), objetivando apresentar soluções para problemas que envolvem as pessoas em suas atividades cotidianas. Em nosso caso, esses problemas se relacionam ao ensino, seja em seu aspecto de forma como de conteúdo.

Ao considerarmos o ensino enquanto atividade de construção de conhecimentos, como exercício que ‘ensina a aprender’, notaremos que é o campo onde se inicia a pesquisa. Assim, o processo de ensino-aprendizagem deverá considerar as pesquisas que tratem de problemáticas relacionadas ao espaço de vivência dos indivíduos, tenham condições de apontar alternativas e/ou soluções para problemas existentes nos contextos em que estes encontram-se inseridos.

Dessa forma, desenvolver pesquisas voltadas para a educação ambiental e geográfica no contexto escolar, torna-se essencial, em decorrência de ser na escola o lugar onde é construído e disseminado conhecimentos voltados para as questões ambientais, como também, ser o lócus que trata da formação humana e socioambiental dos indivíduos.

Sendo assim, explorar a dimensão ambiental no espaço escolar possibilita a formação de sujeitos (ascríticos (as), conscientes dos diversos problemas ambientais, capazes de corroborar com a redução ou até mesmo mitigação desses, além de favorecer o melhoramento da relação homem-meio e promover reflexões acerca dos flagelos ambientais mostrando que a qualidade de vida contemporânea e das futuras gerações dependem da efetivação imediata de práticas socioambientais.

3.2 PESQUISA QUALIQUANTITATIVA

A pesquisa, além de ser a principal via para a construção do conhecimento, é a base propulsora do desenvolvimento humano, científico, tecnológico e cultural. Nesse sentido, pesquisar exige problematização, investigação, sistematização, método e organização. Para tanto, no tocante a abordagem a pesquisa pode ser segmentada em: qualitativa, quantitativa e quali quantitativa.

A abordagem qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamento nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBER, 1997).

Distintamente da qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de

instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002).

Quanto à abordagem quali quantitativa ou métodos mistos, conforme coloca Creswell e Clark (2007), apresentam uma tipologia voltada para as ciências sociais. Objetivando sistematizar a utilização da pesquisa quali quantitativa, nessa os autores definem quatro desenhos metodológicos da abordagem mista: triangulação que busca comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente; embutido, no qual um conjunto de dados quantitativos apoiam os outros dados qualitativos ou vice-versa, ambos também obtidos simultaneamente; explanatório, no qual dados qualitativos são utilizados para explicar resultados quantitativos; e exploratório, cujos os resultados qualitativos contribuem para o desenvolvimento do subsequente método quantitativo.

Entre as técnicas utilizadas na pesquisa quali quantitativa, destaca-se a análise de conteúdos por meio da aplicação de questionário que possibilita a obtenção de informações contundentes a cerca da realidade em evidência. Neste sentido, Minayo (2004), destaca que o conjunto de dados quali quantitativos não se opõe, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente.

Para a realização deste estudo, utilizou-se a abordagem de pesquisa quali quantitativa, porque utilizamos dados relativos à realidade que não podem ser meramente quantificados, tais como: valores, comportamentos, atitudes, percepções, perspectivas, dentre outros, como também dados quantitativos coletados através do questionários e representados através de gráficos e tabelas.

Daí a necessidade, de utilizar-se dessa forma de abordagem no estudo em tela, em decorrência de trata-se de um exercício que não implica a exclusão de uma abordagem em detrimento de outra, mas, a convergência da utilização de ambas, à medida que os fenômenos estudados configuram-se de uma interface subjetiva e multifatorial que não permite apenas uma simples quantificação.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

3.3.1 A Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações fita magnética e audiovisual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas (MARCONI e LAKATOS, 2009).

Mediante ao exposto, denota-se o quão relevante é a pesquisa bibliográfica para a legitimação do conteúdo proposto-apresentado perante a construção do fito que dar embasamento e sustentação a pesquisa em evidência, concomitantemente contribui para ampliar o repertório teórico-metodológico do trabalho em tela. Seguindo essa linha de raciocínio, Gil (2008, p. 50) acrescenta que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Convém destacar, que a pesquisa bibliográfica possibilita ao investigador acesso a um universo de informações bem mais amplo do que aquelas que este teria contato caso fosse diretamente para o campo de pesquisa, daí a importância e necessidade da referida.

A presente pesquisa possibilitou a realização de levantamentos e leituras bibliográficas na biblioteca do Centro de desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG), como também, de sites específicos da internet, para tanto destacam-se os seguintes autores: Araújo (1996), Andrade (1985), Andrade (2000), Boff

(2003), Brasil (1981), Brasil (1988), Brasil (2001), Brasil (2005), Brasil (2011), Brundtland (1991), Brito (2004), Caldart (2012), Camargo (2003), Campos (2018), Carvalho (2005), Carvalho (2006), Creswell e Clark (2007), Deperon (2004), Dias (2004), Dias (2011), Edwards (2005), Fonseca (2002), Freire (1980), Guedes (2006), Gil (2008), Goldenberg (1997), Guimarães (2000), IBGE (2010), IBGE (2011), Jacobi (2003), Lacerda (2015), Layrargues (2004), Macedo (2000), Marconi e Lakatos (2009), Matias (2011), Meirelles e Santos (2005), Mendonça (2001), Milaré (2005), Minayo (2004), Moreira (2007), Moreira e hespanhol (2007), Pinheiro (2004), Oliveira (2011), Oliveira (2019), Oliveira, Ramos e Oliveira (2015), Reigota (2006), Rocha (2016), Rodrigues (2009), Rosa (2000), Rosa (2003), Rosa e Silva (2002), Santos (2002), Santos (2006), Santos e Fernandes (2000), Sartori (2006), Severino (2007), Silva (2000), Silva (2004), Silva (2010), Silva (2012), Souza (2007), Travassos (2001) e Vasconcelos (1997). Estes discutem as seguintes temáticas: Educação Ambiental, Ensino de Geografia, Educação Contextualizada para convívio com o Semiárido, Meio Ambiente e Sociedade e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

3.3.2 O Questionário como técnicas de coleta de dados

Técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Estas são utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundamentadas em diferentes epistemologias. Mas, obviamente, precisam ser compatíveis com os métodos aderidos e com os paradigmas epistemológicos adotados.

Segundo Severino (2007) as técnicas de pesquisa são as seguintes: documentação, entrevista, entrevistas não-diretivas, entrevistas estruturadas, história de vida, observação e questionário.

Convém mencionar que, a escolha da técnica faz-se diante da natureza da pesquisa, em defluência de cada instrumento possibilita coleta-obtenção de informações de acordo com determinados padrões, fato decisivo no momento de selecionar o tipo de recurso técnico a ser desenvolvimento no decurso do estudo.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses,

expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008).

É importante destacar que, ao aplicar-se um questionário torna-se relevante considerar aspectos como: questões objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas sumarizadas. Este pode conter questões objetivas, subjetivas ou mistas. No primeiro caso, as respostas serão colhidas dentre as opções apresentadas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal; no terceiro acontece uma interface entre os dois anteriores, oportunizando uma coleta de informações de maior abrangência.

É pertinente destacar que, o questionário deve ser previamente testado, mediante sua aplicação a um grupo pequeno, antes de sua aplicação ao conjunto dos sujeitos a que se destina, fato que possibilita ao pesquisador avaliar e, se for o caso, revisá-lo e/ou ajustá-lo, evitando assim imprecisões na coleta de dados para fins da pesquisa. Nessa perspectiva Gil (2008, p. 121), enfatiza que:

Construir um questionário consiste basicamente traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

Mediante ao explicitado, certifica-se a eficácia do uso do questionário enquanto ferramenta técnica na produção do conhecimento científico, porém a elaboração deste exigir bastante atenção, para que dessa forma possa ser evitado transtornos ao pesquisador, este instrumento deve garantir no mínimo: anonimato nas respostas inqueridas e a não exposição de opiniões pessoais aos pesquisados no transcurso do trabalho.

Na pesquisa em destaque, aplicou-se com os educandos um questionário cotendo 18 questões com perguntas mistas, sendo estas objetivas e subjetivas, o referido solicitou também que produzissem desenhos expressando o entendimento de meio ambiente, tendo em vista está estratégia possibilitar representações

autônomas que dão forma e sentido ao pensamento e aos conteúdos assimilados. De acordo com Edwards (2005), o processo de desenhar está interligado com a capacidade de “ver” (percepção). Sendo assim, a ação de desenhar possibilita observar a forma com que se vê e os sentimentos que podem ser expressos, isto é um ato de liberdade, que precisa ser incentivado. O educador respondeu 19 questões obedecendo à mesma estrutura, com excessão da representação por meio de desenhos, este teve como foco suscitar os principais conceitos de meio ambiente, percepção ambiental, concepções geográficas, práticas pedagógicas e recursos didáticos, este serviu para averiguar-se o conhecimento do público pesquisado acerca do temário proposto. Na sequência, os dados obtidos foram analisados pelo pesquisador com base nas elocuições propostas pela literatura contemporânea direcionada a problemática em estudo.

3.3.3 Análise dos dados

Os dados foram analisados de forma quali-quantitativa e expostos através de tabelas e figuras (gráficos), interpretados por meio de análises estatísticas descritivas, utilizando o programa Microsoft Office Excel 2003. Seguindo essa perspectiva, Marconi e Lakatos (2009), acentuam que trata-se de uma abordagem que busca uma aproximação entre a análise qualitativa e quantitativa, na qual os dados coletados poderão ser apresentados em forma de gráficos, tabelas e discutidos através da descrição.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRÁFICA NO CONTEXTO DA ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO

Essa seção apresenta um recorte sóciohistórico da Escola Estadual Coronel Serveliano de Farias Castro, situada no município de Caraúbas-PB, campo da pesquisa, manifesta os sujeitos participantes, apresenta a análise dos dados pesquisado sobre a educação ambiental no âmbito do contexto escolar. Dessa forma, a referida foi segmentada nos seguintes temários: Concepção de MA dos educandos, O MA na sala de aula, Geografia e MA, A EA no contexto escolar, O MA e sua representação através de desenhos e EA ambiental na concepção do educador.

4.1 APRESENTANDO A ESCOLA CORONEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO

A Escola Coronel Serveliano de Farias Castro foi criada em 1968 a partir de um curso ginásial sucursal do Colégio Comercial Cariris da Cidade de São João do Cariri. Essa Escola foi posteriormente vinculada a Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), e em 1986, estadualizada como: Escola Estadual de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Coronel Serveliano de Farias Castro.

A Escola Estadual Cel. Serv. de Farias Castro fica localizada na Rua Expedicionário Luiz Tenório Leão – 574 – Centro – Caraúbas – Estado da Paraíba – vinculada a 5ª GRE – Monteiro/PB (Foto 1).

Foto 1 – Vista frontal da EEEFM. Cel. Serveliano de Farias Castro



Fonte: Arquivo pessoal

Com relação a infraestrutura física da escola, observa-se a um modelo antigo de construção (não existe planta de arquitetura). Possui oito (08) salas de aula, uma (01) sala de professores, uma (01) Diretoria/Secretária, e uma (01) pequena cantina. Foi construída com muitas limitações expressas na inexistência de reservatório de água, quadra de esportes, refeitório para os estudantes, laboratórios de informática, ciências, química, física e matemática.

Duas reformas já foram feitas no respectivo prédio, uma para a construção do muro e escadaria de acesso e outra para a restauração do piso, retelhamento, colocação de portas, reposição de vidros das janelas e pintura.

Em 2012 a escola recebeu pintura, no entanto continua necessitando de uma nova ampliação com acessibilidade, reformas nos banheiros, construção de espaços adequados para recreação, mais salas de aula para atender o ensino fundamental e médio, quadra coberta para educação física, refeitório, laboratório de ciências, laboratórios de informática, ciências, química, física e matemática, sala para material de educação física, sala para jogos de xadrez, sala de vídeo e televisão, auditório, além de reservatório de água.

A escola é mantida pelo Governo do Estado da Paraíba, através da Secretária de Educação e Cultura, com recursos oriundos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com os Programas PDE, PDDE, PNAE e Mais Educação.

A Escola conta com um Conselho Escolar, que tem como objetivo estimular a maior integração entre escola, família e comunidade; promover a ação integrada dos setores técnicos, pedagógicos e administrativos, visando à melhoria do ensino.

4.1.1 Embasamento teórico-metodológico da Escola

O conceito de educação que a Estadual Coronel Serveliano de Farias Castro compreende é a de educação como um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 1980). A compreensão de Freire acerca da educação nos conduz a uma tomada de consciência de que o homem tanto pode exercer influência sobre o meio em que vive como sofre influência deste meio.

Diante disso, compreende-se que o papel da educação é o de contribuir para que o homem adquira os instrumentos necessários para refletir sobre sua realidade e refletindo sobre ela, possa transformá-la. Trata-se de uma educação como um

instrumento essencialmente político, caracterizando a ação educativa como uma ação político-pedagógica, pautada numa consciência de classe que favorecesse a luta pela libertação dos sujeitos da situação de oprimidos.

Na perspectiva freireana, é impossível separar o ato político do ato pedagógico/educativo. A atualidade dessa compreensão epistemológica de educação nos remete ao campo da prática e a partir daí surge-nos alguns questionamentos: como favorecer uma prática pedagógica em sala de aula sem se distanciar do ato político? Como possibilitar uma educação que atende aos interesses e necessidades dos sujeitos e de sua comunidade e não exclusivamente voltada aos interesses hegemônicos?

As repostas para estas perguntas, bem como as alternativas para a aplicabilidade dessa proposta político-pedagógica nos espaços escolares são encontradas: quando se elaboram as propostas curriculares para cada segmento e modalidade de ensino; quando se seleciona os conteúdos que serão trabalhados em sala; quando se sistematiza o planejamento metodológico; nas relações tecidas com os diversos sujeitos da escola, etc.

Neste sentido, infere-se que a proposta curricular da Escola Estadual Coronel Serveliano de Farias Castro, tem como base as orientações curriculares da rede estadual do Estado da Paraíba, bem como os aportes legais que regem a educação brasileira de um modo geral, e com as suas devidas reformulações. Desta maneira, entende-se que o trabalho com os eixos temáticos: identidade, autonomia, música, movimento, linguagem (oral, escrita, matemática), natureza, sociedade, artes visuais, etc. deverão favorecer os elementos necessários para o desenvolvimento integral dos educandos, na perspectiva do cuidar e do educar.

No que se refere ao Ensino Fundamental, as mudanças na legislação da educação brasileira, modificaram também a proposta curricular para os seus primeiros anos. Com a sua organização em 9 (nove) anos, os sistemas de ensino e as escolas, nos limites de sua autonomia, estão sendo levadas a proceder às adequações que melhor atendam a determinados fins e objetivos desse novo processo educacional.

Isto implica dizer que o Ensino Básico Fundamental e Médio exige um projeto político-pedagógico próprio e atualizado para ser desenvolvido em cada escola. No caso da Escola Coronel Serveliano de Farias Castro, observa-se que sua proposta considera a necessidade desta reorganização da escola e o repensar do Ensino

Fundamental e Médio em seu conjunto, para que assim possa atender aos objetivos dessa nova forma de fazer educação.

4.1.2 Caracterização da Comunidade atendida pela Escola

Até meados do século XVII o município de Caraúbas-PB (figura 3) era ocupado pelos índios cariris, o referido surgiu a partir de uma fazenda de colonos portugueses do século XVIII, situada às margens do rio Paraíba do Norte. Graças as condições favoráveis, a região inseriu-se no ciclo do açúcar, apresentando características de vila já em 1780. Ainda no mesmo século, o alferes Custódio Alves Martins, morador da Capitania de Pernambuco, instalou-se na cabeceira do Rio Paraíba, e ali fundou um sítio a que deu o nome de Caraúbas (IBGE, 2017).

Os mais velhos afirmam que Caraúbas foi fundada pelo Capitão-Mor José da Costa Romeu, e recebeu o nome de Carabeiras, depois de Carnaúba e finalmente Caraúbas, nome que possui até hoje.

Figura 3 - Representação cartográfica do Estado da Paraíba, em destaque o município de Caraúbas-PB



Fonte: <http://caraubas.pb.gov.br/>

Quando Caraúbas passou a Distrito de São João do Cariri em 1891, havia apenas 58 pessoas, destacando-se as famílias do Major Higino, Major Eduardo Ferreira, Manoel Germano, Venâncio Quirino entre outros. Um dos mais ilustres moradores de Caraúbas foi o tenente Coronel Serveliano de Farias Castro (IBGE, 2017).

A partir do século XX, além da pecuária, o beneficiamento do algodão e posteriormente do caroá trouxeram novos recursos à vila. O Coronel Serveliano de

Farias Castro trouxe para Caraúbas o primeiro maquinário, era uma máquina de descaroçamento de algodão. O algodão de Caraúbas já chegou a ser exportado para a Itália e Inglaterra. A partir de 1940, investimentos urbanos trouxeram à cidade o primeiro grupo escolar (1953), a iluminação pública a diesel (1953) e o açude Campos, construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (IBGE, 2017).

Sua emancipação proporcionou-se no dia 29 de abril de 1994, sendo sua instalação no dia 1 de janeiro de 1997.

Com relação a característica física do município, identifica-se como irregular, as casas em sua maioria, foram construídas sem ordenamento. A infraestrutura também é precária, pois há moradias descobertas pelo saneamento básico.

A comunidade atendida por esta instituição é constituída de alunos provenientes das zonas rural e urbana do município. Esses alunos pertencem a classes sociais diferenciadas e possuem características religiosas e culturais também diversificadas, que influenciam diretamente na educação escolar.

Quanto ao aspecto socioeconômico e cultural a comunidade é constituída predominantemente por famílias de baixa renda, um número acentuado de desempregados e subempregados, como ambulantes, biscates, faxineiras, diaristas e pedreiros. Entre os empregados encontramos vigilantes, serventes e empregadas domésticas. Há um nível grande de adultos analfabetos e jovens que não concluíram o Ensino Fundamental.

Além da precariedade das condições sociais e do número de pessoas desempregadas, um dos maiores problemas enfrentados é o considerável índice de violência e o consumo de drogas ilícitas, o que faz da comunidade uma área considerada de risco social.

4.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA

O universo da pesquisa constituiu-se de todos os educandos do 9º Ano do ensino fundamental da EEEFM Coronel Serveliano de Farias Castro situada no município de Caraúbas-PB. A amostra, contemplou 15 educandos, sendo 08 do sexo masculino e 07 do sexo feminino, estes compreendem uma faixa etária entre 14 a 19 anos de idade, desses 08 moram na zona rural e 07 na zona urbana, dessa forma 53% da turma é constituída por educandos advindos do campo, fato

comprovador que o quadro discente da escola configura-se majoritariamente por sujeitos (as) do campo. Assim, a escola Estadual Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM) mesmo estando localizada na zona urbana é considerada uma escola do campo, em decorrência de seus educandos provirem majoritariamente da zona rural. Neste sentido, Caldart (2012), acrescenta que a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação os interesses sociais das comunidades camponesas.

Esta acrescenta ainda que, como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações (CALDART, 2012).

Sendo assim, convém destacar que rotineiramente vem observando-se equívocos didáticos-pedagógicos acerca da Educação do Campo, escolas que encontram-se situadas no espaço urbano, mas que são genuinamente escolas do campo, tem auto firmado-se urbanocêntricas, em decorrência da falta de domínio epistemológico das políticas e práticas que fundamentam a educação do campo, como também, pelo fato de encontrarem-se imersas a uma lógica educacional tradicionalista cunhada num currículo cristalizado no eurocentrismo urbanocêntrico.

Nesta perspectiva, BRASIL apud CALDART (2012), reitera que a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Com relação à amostra não probabilística, Matias (2011), destaca que essa é definida como aquela que os elementos da amostra são escolhidos de acordo com a estratégia adequada, relacionando-se com as características estabelecidas intencionalmente.

4.3 CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE DOS EDUCANDOS

O Meio Ambiente corresponde a todos os seres que constituem o universo, e é a força ativa que estabelece e conserva a ordem natural de tudo o que existe, destacando ainda que todos os seres humanos fazem parte da grande comunidade dos seres vivos e, embora possuam autonomia de existência, não são independentes em relação à natureza (CAMARGO, 2003).

Neste sentido, ao questionar os educandos o que entendiam por meio ambiente, 100% apresentou uma compreensão cunhada numa ótica meramente naturalista, conforme mostra o quadro 3 a seguir.”

Quadro 3 - Concepção de Meio Ambiente dos (as) educandos (as)

Educando (a)	Concepção de Meio Ambiente
01	Árvores, rios, animais.
02	Plantas, bichos e água.
03	Vegetação e os animais
04	A água e as plantas
05	Árvores, bichos, rio.
06	É a natureza bem cuidada
07	São as florestas, os animais, os rios, as plantas.
08	A água e as plantas.
09	Meio ambiente é preservar a natureza, botar lixo no lixo e não no chão, os animais serem livres e etc.
10	Para mim meio ambiente é natureza sempre preservada pois não é local de jogar lixo.
11	Meio ambiente é preservar a natureza.
12	O meio ambiente é uma parte importante na nossa vida é a natureza é a sobrevivência do lugar dos animais.
13	Meio ambiente para mim é a natureza, deve preservá-la pois não é correto jogar lixo em qualquer lugar.
14	É uma parte importante do nosso planeta e principalmente nas nossas vidas.
15	A natureza.

Fonte: Organizado pelo autor

Dessa forma, observa-se no quadro 3 que os referidos, restringem a dinâmica ambiental a natureza, esse entendimento é confirmado por Carvalho (2006), quando coloca que no universo daquilo que chamamos de ambiente é muito frequente o fato do trabalho pedagógico recair sobre as interações com o ambiente natural

O meio ambiente, de acordo com Silva apud Dias e Marques (2011) é, assim,

a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais.

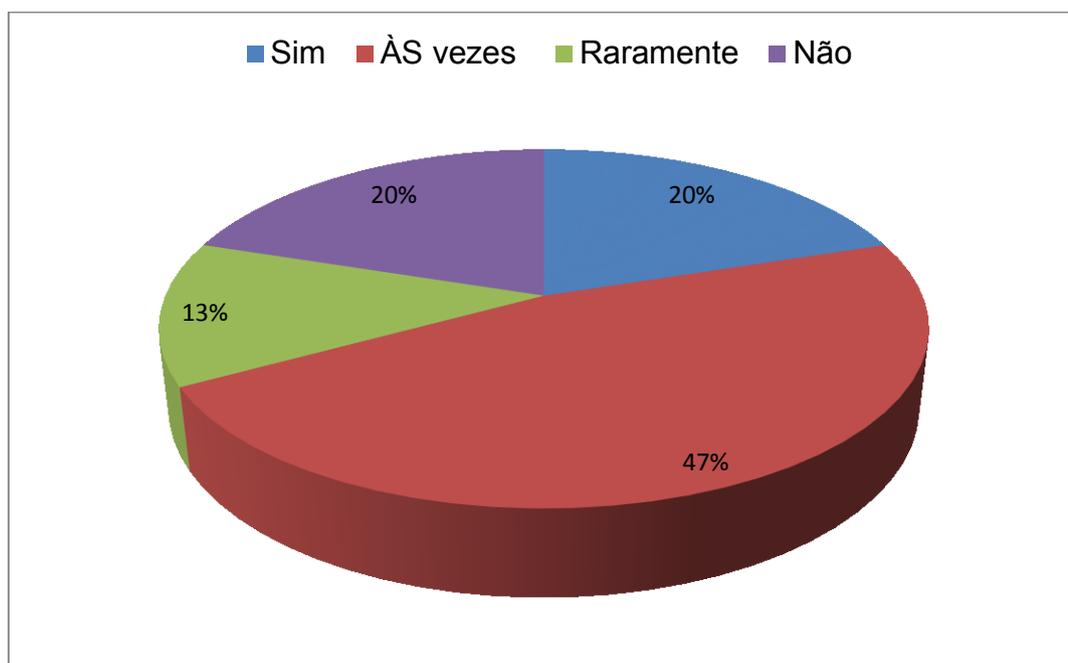
Ao questionar os educandos sobre os elementos que formam o meio ambiente, estes citaram os seguintes: “terra, água, árvores, animais, lixo, rios, mares, plantas, floresta”. Mediante ao exposto, comprova-se uma visão extremamente naturalista e/ou reducionista por parte do grupo pesquisado, constatação que aponta para a necessidade de se apostar em um trabalho pedagógico capaz de converter essa cognição sumarizada quando se trata da problemática meio ambiente.

De acordo com Rosa e Silva (2002), a Educação Ambiental deve ser trabalhada dentro de um enfoque holístico, por meio de uma prática democrática, abordando a concepção de meio ambiente em sua totalidade, resultando a interdependência entre o meio natural e os processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

4.4 O MEIO AMBIENTE NA SALA DE AULA

Ao perguntar-se se o tema Meio Ambiente era trabalhado em sala de aula por parte dos educadores, 20% dos entrevistados (as) asseguram ser discutido em sala de aula o temário MA, 47% certificaram que esporadicamente essa problemática é inserida na rotina didática, 13% admitiram que raramente estudam algo direcionado a esse assunto e 20% confirmaram não ser trabalhado em nenhum conteúdo algo voltado para o tema em questão conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1- Visão dos (as) educandos (as) sobre a inserção do tema MA na rotina didática da EEEFM Cel. Serveliano de Farias Castro - Caraúbas/PB



Fonte: Organizado pelo autor.

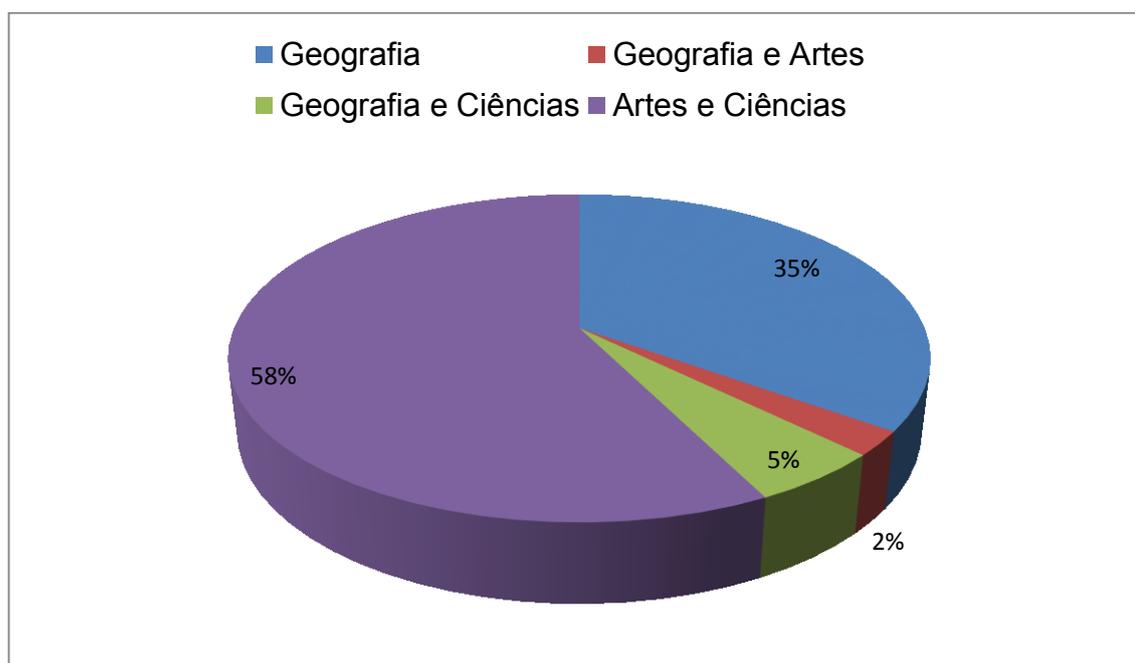
A partir dos dados expostos acima, denota-se nitidamente que o enfoque dado ao MA na rotina didática acontece a partir de uma ótica cartesiano e as limitações que esse modelo impõe na sala de aula são muito marcantes, em consequência, persiste a dificuldade de compreender as questões ambientais, sob um olhar holístico e prático capaz de atender o que é preconizado pela a Educação Ambiental crítica.

Seguindo essa perspectiva, Silva (2007) acrescenta que a fragmentação no tratamento dos conteúdos, decorre de uma tentativa de se promover o ensino de uma grande massa de conceitos e detalhes que, numa primeira abordagem, criam obstáculos para que o estudante compreenda aquilo que é essencial. Então uni-se a isso, a utilização de materiais didáticos que apresentam essa visão fragmentada e naturalista dificulta o trabalho dos professores em abordar a EA preconizada nos documentos oficiais.

Apresenta-se a seguir, a distribuição percentual das disciplinas em que o

tema MA é abordada segundo os educandos. 35% dos interrogados asseguraram ser trabalhado o tema MA apenas na disciplina de Geografia, 2% afirmaram ser discutido em Geografia e Artes, 5% confirmou ser abordado em Geografia e Ciências e outros 58% confirmaram se referenciado em Artes e Ciências, observar o gráfico 2.

Gráfico 2 - Disciplinas que trabalham a temática MA na sala de aula da EEEFM Cel. Serveliano de Farias Castro - Caraúbas/PB



Fonte: Organizado pelo autor.

Observa-se nesta constatação um embate de afirmações, fato que comprova a prevalência de um trabalho dicotomizado, assistemático contrário ao que preconiza a política nacional de EA em comunhão com os referencias curriculares propostos para o nível de ensino em questão.

Neste sentido, Reigota (2006) assegura que o tema MA está presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem abordar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades.

Souza (2007) acrescenta que a Educação Ambiental deve tornar-se uma prática interdisciplinar, voltada para a preservação e/ou conservação e resolução de questões que envolvam os aspectos naturais e os produzidos a partir do próprio ser

humano.

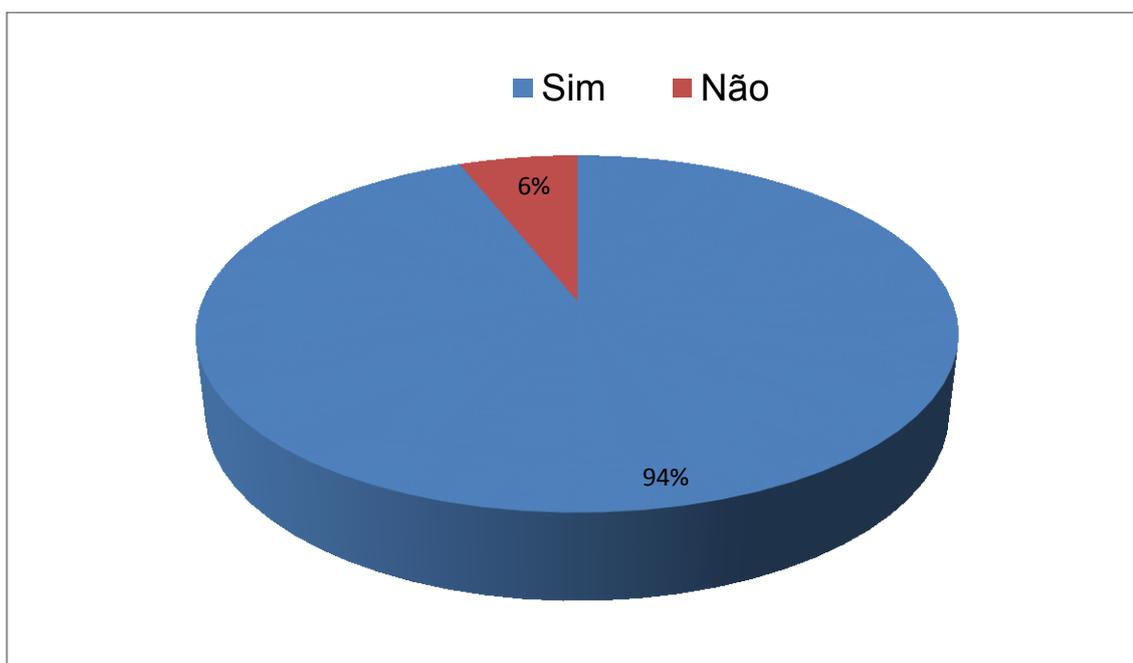
Quando indagou-se acerca da forma como estes estudavam a temática MA em sala, foi posto que esse feito acontece por meio de aulas expositivas e dialogadas, uso do livro didático, trabalho com mapas, exibição de filmes e realização de desenhos.

Percebe-se nas respostas, um bom repertório de recursos pedagógicos voltados para o trabalho com a temática em questão. Porém, informações apresentadas nas outras questões, explicitam a ausência de tais práticas na rotina didática destes sujeitos.

4.5 GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE

Ao questionar os educandos acerca da existência de alguma relação entre a Educação Ambiental e a Geografia, 94% pontuou que estas interacionam-se e 6% assegurou não existir nenhuma interface entre ambas, sendo assim, verifica-se o gráfico 3.

Gráfico 3 - Relação entre Educação Ambiental e Geografia



Fonte: Organizado pelo autor.

A dimensão ambiental alude-se ao pensamento geográfico, em virtude deste

ser produzido a partir de confluências que se estabelecem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio, estes integram também os aspectos econômicos, sociais e culturais de um meio. (MENDOÇA, 2001).

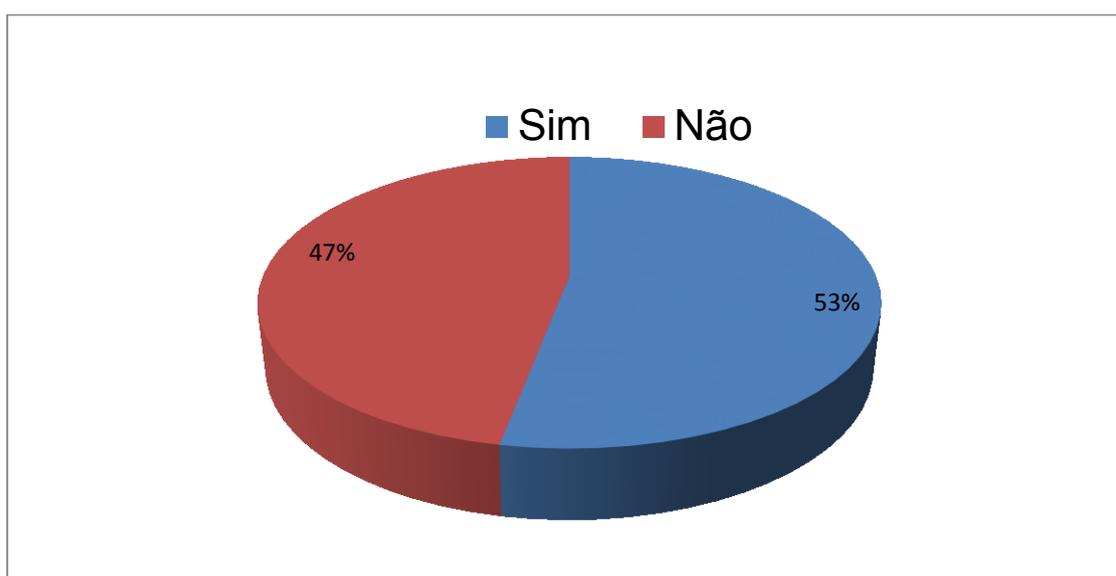
Apresenta-se a seguir os conteúdos do componente curricular Geografia que discutem a questão ambiental de acordo com os educandos.

“Aquecimento global, desmatamento e poluição”. Reafirma-se aqui o reducionismo da questão ambiental, que é recorrente nas inferências do coletivo pesquisado associar o meio ambiente exclusivamente aos elementos naturais.

4.6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Elucida-se na sequência, a frequência que efetivou-se atividades direcionadas ao tema meio ambiente no contexto escolar de acordo com os educandos. 53% dos que responderam informaram ser desenvolvido na escola ações relacionado ao tema MA, já 47% afirmaram nunca ter sido realizado nenhuma iniciativa focada na problemática em estudo no referido contexto educacional, conforme exhibe o gráfico 4.

Gráfico 4 - Atividades pedagógicas voltadas para a perspectiva ambiental na EEEFM Cel. Serveliano de Farias Castro- Caraúbas/PB



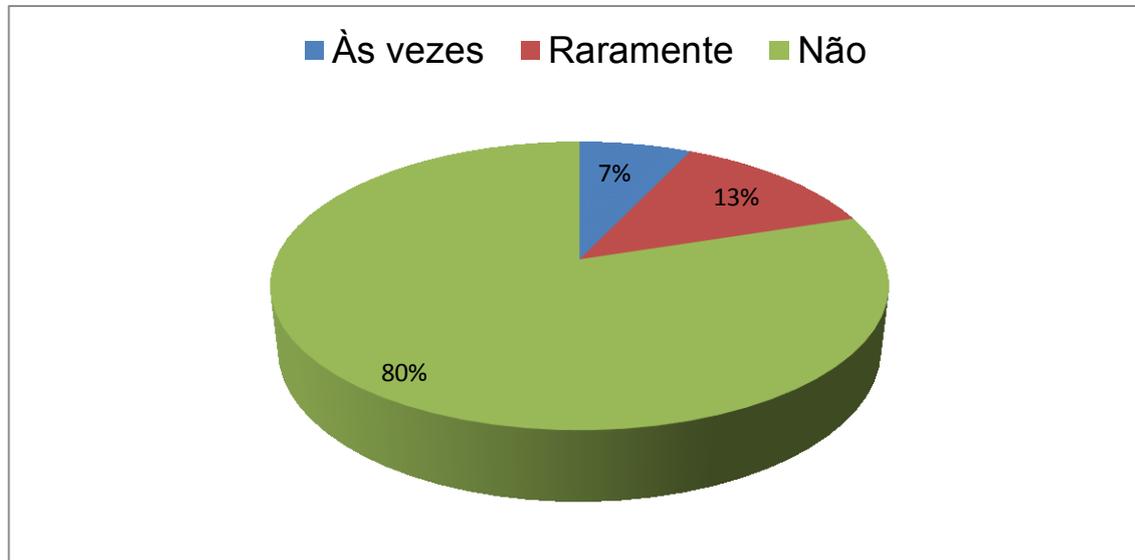
Fonte: Organizado pelo autor

Diante do exposto, percebe-se que o assunto em destaque não tem sido trabalhado devidamente na rotina pedagógica da unidade de ensino em análise, tal afirmação pôde ser comprovada ao refletir-se cautelosamente sobre o apontado nos percentuais delineados acima.

Desta feita, destaca-se a necessidade da escola, através de seus educadores, trabalhar com o objetivo de desenvolver, nos educandos, uma postura crítica diante da realidade ora evidenciada neste contexto, para que assim esta instituição possa fazer valer o preconizado nos interstícios da EA contemporânea.

Explicita-se a seguir a periodicidade com que os partícipes deste trabalho discutem involuntariamente assuntos relacionados à temática MA. As respostas demonstraram que 7% dos sabatinados certificaram conversar às vezes com os pares assuntos relacionados ao temário em discussão, 13% salientaram que raramente tercem algum comentário e 80% confirmaram não debater nenhum enfoque voltado para a supracitada problemática (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Enfoque Dado ao Tema MA pelos Educandos em Conversas Informais



Fonte: Organizado pelo autor.

Verifica-se desse modo, que não há interesse por parte dos educandos em discernir acerca da dimensão ambiental, acredita-se que o viés condutor dessa realidade advenha de uma prática pedagógica que desconsidera a importância de abordar-se continuamente em sala de aula nuances reportadas em áditos ambientais, praxe peculiar nas instituições de ensino do país.

Nota-se ainda que os alunos não se veem como parte integrante do MA, fato que tem corroborado para o distanciamento destes quando se trata de temáticas relacionadas a dimensão ambiental, destarte, observa-se a prevalência de uma postura conservacionista onde limitam o MA aos elementos da natureza e o sobrepõe aos fatores humanos e suas produções.

Dias (2004), lembra da relevância de criar condições para que, no ensino formal, a EA seja um processo contínuo e permanente, através de ações interdisciplinares globalizantes. Carvalho (2005), acrescenta que há necessidade de internalizar nos espaços institucionais estruturantes do campo educativo a formação de uma sensibilidade e de uma leitura crítica dos problemas ambientais.

Guedes (2006) adverte que grande parte dos sistemas educacionais no Brasil não compreendem ou não têm aceitado a EA como parte integrante do currículo e do espaço escolar, impossibilitando, desta forma, a consolidação desta. O quadro 4, comprova essa afirmação.

Quadro 4 - Entendimento de Educação Ambiental dos (as) Educandos (as)

Educando (a)	Conhecimento sobre Educação Ambiental
01	É uma forma de aprendermos sobre a educação.
02	-
03	Que se deve respeitar a natureza tipo, não jogar lixo no rio, não queimarmos coisas, perto da cidade para não poluir o ar.
04	Não, jogar lixo no chão, e sim no lixeiro pois existe lixeiro para isso.
05	O ambiente é muito importante para nossa sobrevivência que devemos cuida bem dele, para que não seja poluído e cause doenças e mal cheiro etc.
06	Não jogar lixo na rua.
07	Não jogar lixo no chão e sim jogar no lixo.
08	Não jogar lixo no chão pois existe lixeiro e etc.
09	Ela nos ensina a cuidar da natureza.
10	Ela mostra como cuidar dos animais.
11	Eu sei que devemos cuidar do meio ambiente.
12	É uma forma de aprendermos sobre o planeta.
13	É uma forma de estudar alguma coisa.
14	É aprender sobre a terra.
15	É aprender a não poluir.

Fonte: Organizado pelo autor.

Quando questionou-se acerca da efetivação de projetos de cunho ambiental no âmbito escolar, 2% relataram que são realizadas iniciativas desta natureza na esfera escolar, 98% confirmaram inexistir qualquer ato voltado para esta conjuntura na unidade educacional em proeminência (Observar gráfico 6).

Gráfico 6 - Existência de Projetos de Cunho ambiental na Escola EEFM Cel. Serveliano de Farias Castro



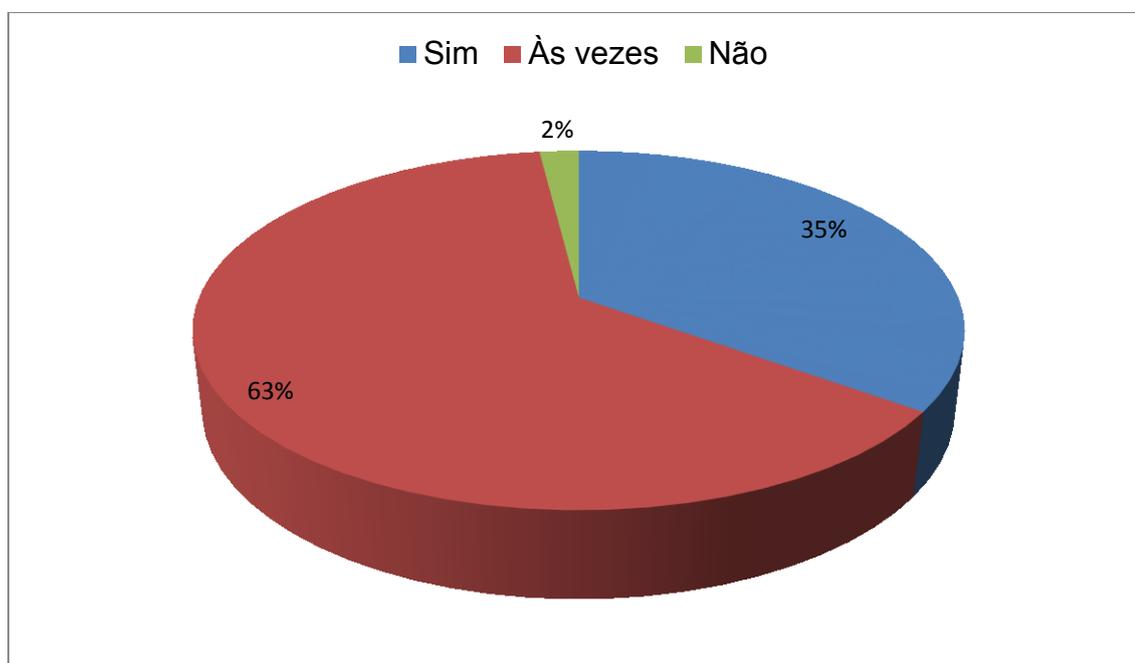
Fonte: Organizado pelo autor

Com base nos dados coletados, nota-se que de fato não há ideias didáticas sólidas direcionadas ao tema retratado, situação comprovadora da urgente necessidade de inserir-se neste espaço escolar programas pautados na problemática em alusão.

Sendo assim, torna-se necessário que a escola se proponha a trabalhar a EA a partir de uma ótica interdisciplinar para que possa favorecer um ensino capaz de produzir mudanças de comportamentos, de atitudes e valores cidadãos, no sentido de formar sujeitos que demandem preocupação quanto à apropriação dos recursos naturais, consequentemente do MA.

Quando apresentou-se sobre a importância de trabalhar ações voltadas para a Educação Ambiental na escola, 35% dos educandos certificaram ser relevante, 63% acreditam ser necessário apenas às vezes e 2% salientaram não ser preciso. O gráfico 7, condensa essa aceção.

Gráfico 7 - Importância de desenvolver-se Ações Voltadas para a Educação Ambiental na Escola



Fonte: Organizado pelo autor

Souza (2007) destaca que o sistema educacional deve ser ampliado no sentido de procurar relacionar-se com as atividades da cultura e do Meio Ambiente, inserindo a vida ao contexto educacional.

No que diz respeito à efetivação de programas ambientais em âmbito municipal segundo os sujeitos participantes da pesquisa, 2% asseveraram haver no município prospectos relacionados à EA e 98% confirmaram não ter conhecimento de qualquer operosidade desta natureza em orbe municipal (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Efetivação de programas de EA no Município de Caraúbas-PB

Fonte: Organizado pelo autor

Mesmo um percentual minúsculo sinalizando ter no município diretrizes voltadas para a perspectiva ambiental, informa-se que ao pedir para os referidos citá-las não obteve-se resultado, fator sustentador da ausência de qualquer projeto deste arquétipo.

Embora a EA tenha se tornado uma exigência que transcende os muros das escolas, esta ainda encontra-se distante de ser uma atividade aceita e desempenhada nas mais variadas esferas governamentais e institucionais, pois implica profundas mudanças. A EA se introduzida eficazmente nos espaços educacionais e sociais contribuirá eminentemente para o desenvolvimento de uma sensibilidade humana onde a relação social-natura aconteça por meio de um viés holístico e integrador.

Neste sentido, Souza (2007), coloca que a tarefa de educar não compete apenas à escola, é também uma responsabilidade da sociedade pelo processo como um todo: família, estado e mídia.

4.7 O MEIO AMBIENTE E SUA REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DE DESENHOS

Santos (2006) destaca que quando lidamos com desenhos, estamos lidando com o aspecto visual do pensamento e da memória dos educandos. Desta forma, foi

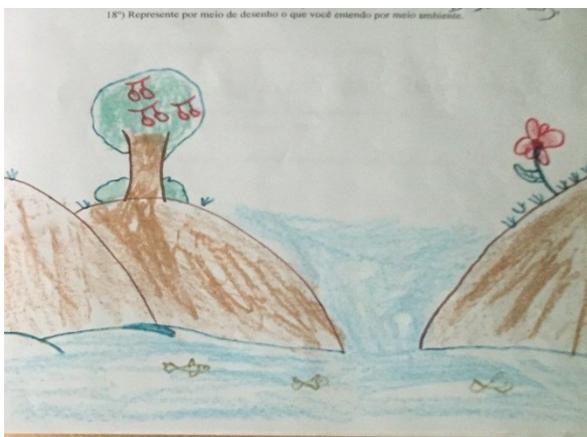
solicitado que os Educandos representassem por meio de desenhos o que entendiam por meio ambiente. Obteve-se como resultado representações que reduz o MA apenas aos elementos naturais, praxe totalmente adversa aos rumores da EA moderna.

Neste sentido, Carvalho (2006) destaca que é indissociável a “interação entre o mundo natural e o social, da qual resultam as condições de vida humana na Terra e as marcas dessa presença na natureza, as quais criam permanentemente, no mundo, novos cursos de vida, fluxos de comunicação e paisagens tanto naturais quanto culturais”.

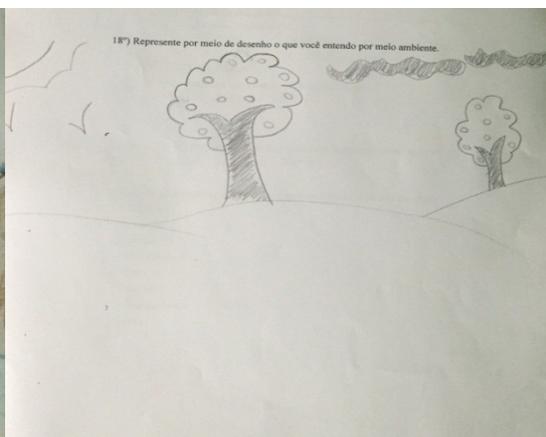
Mediante ao exposto, segue abaixo representações do meio ambiente por intermédio dos desenhos produzidos pelos educandos, estes possibilitam tornar visível pensamentos, atitudes, sentimentos, tanto sobre a realidade percebida, quanto sobre o mundo da imaginação.

Figuras de 04 /12 - Desenhos da Representação Ambiental dos (as) Educandos (as) da Escola Estadual Cel. Serveliano de Farias Castro

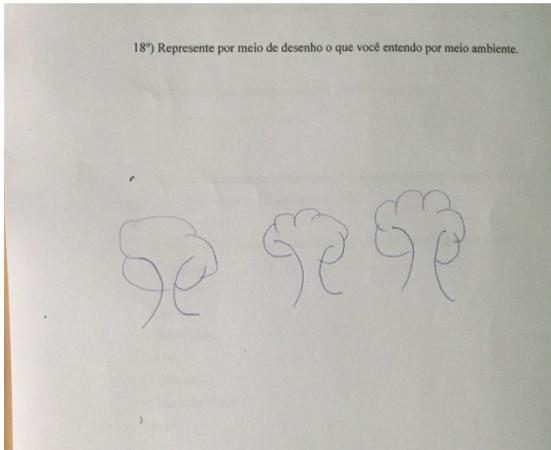
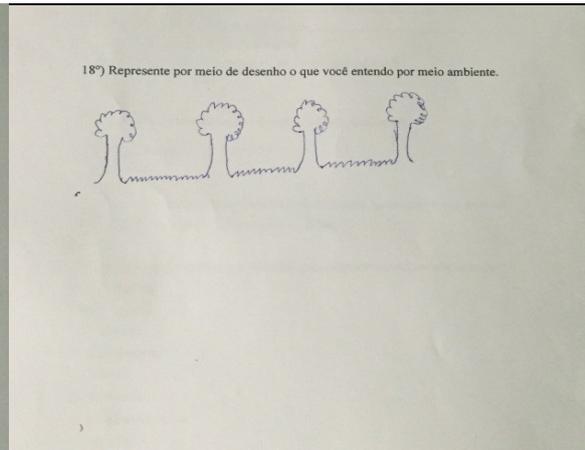
Educando (a) 01



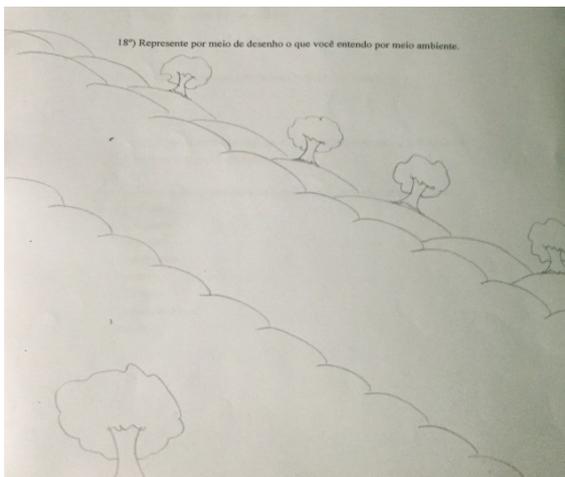
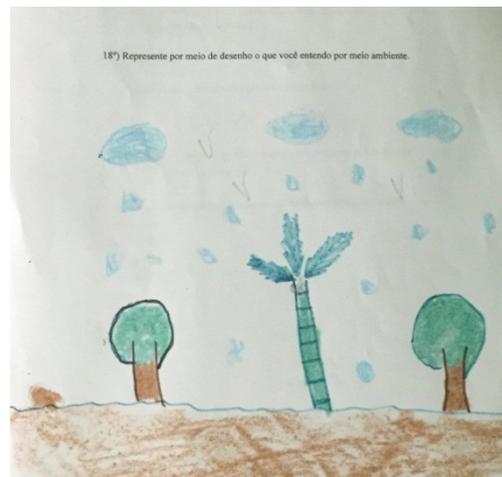
Educando (a) 02



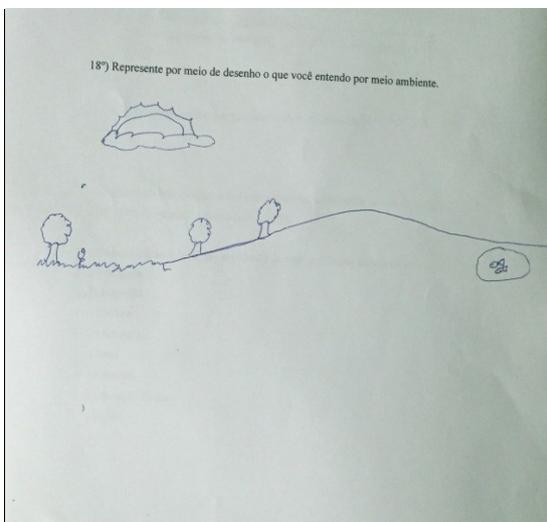
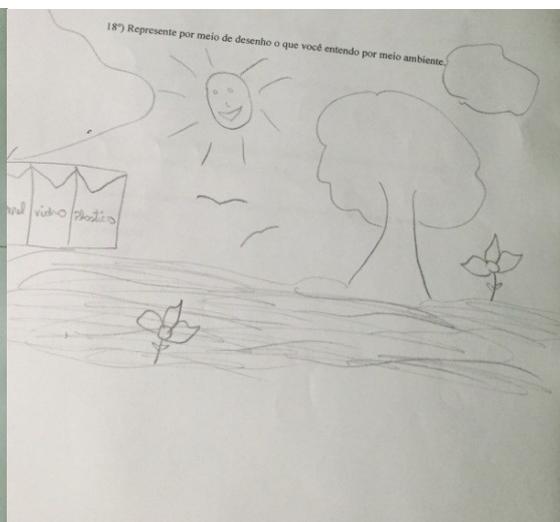
Fonte: Arquivo pessoal

Educando (a) 03**Educando (a) 04**

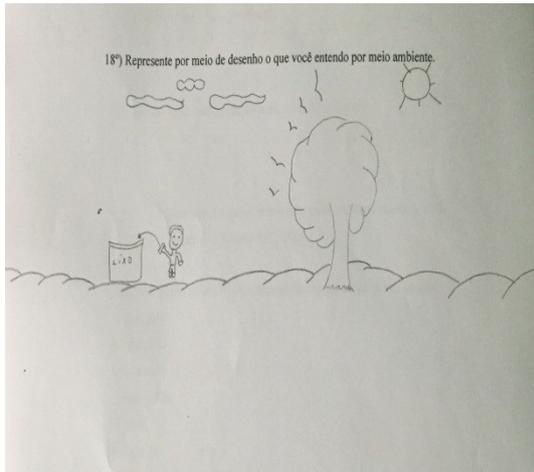
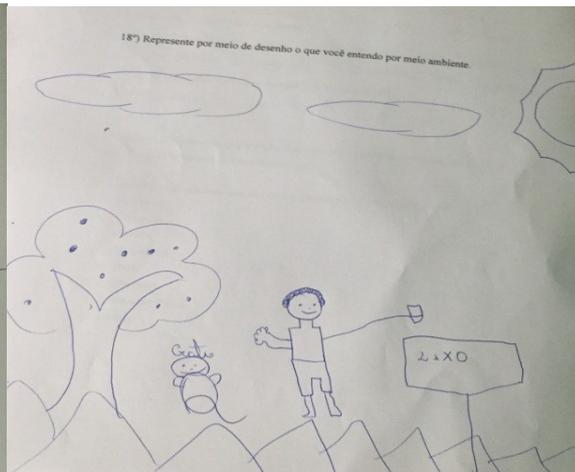
Fonte: Arquivo pessoal

Educando (a) 05**Educando (a) 06**

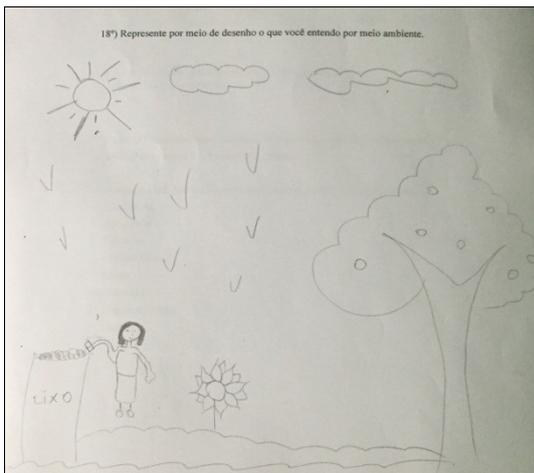
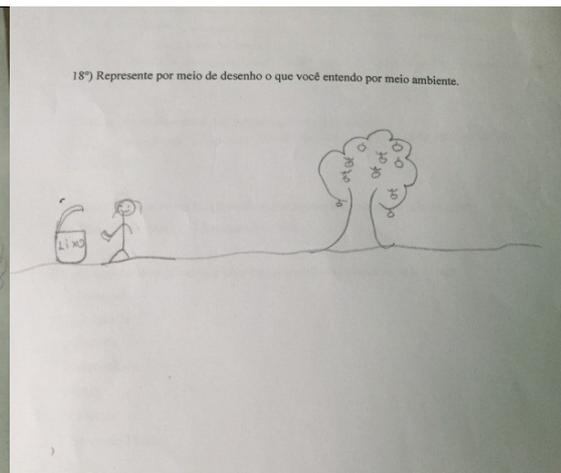
Fonte: Arquivo pessoal

Educando (a) 07**Educando (a) 08**

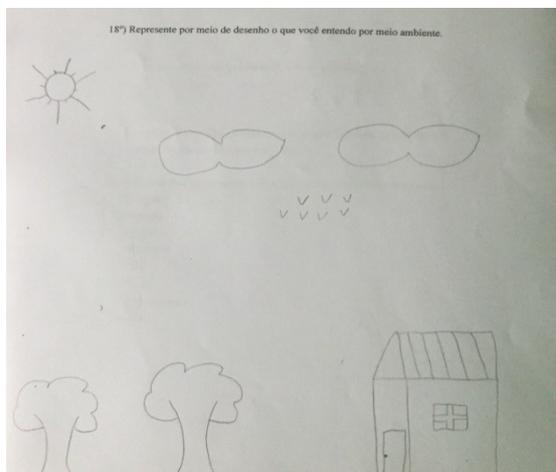
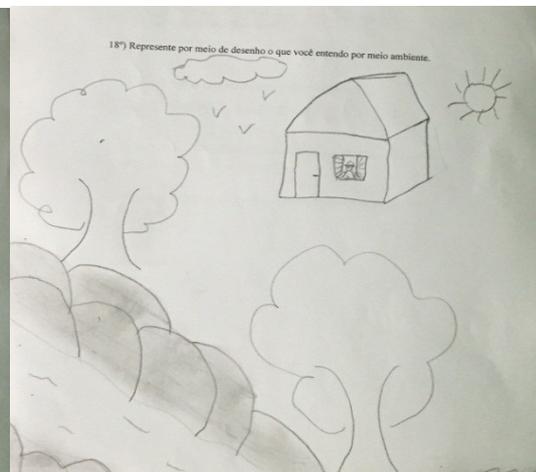
Fonte: Arquivo pessoal

Educando (a) 09**Educando (a) 10**

Fonte: Arquivo pessoal

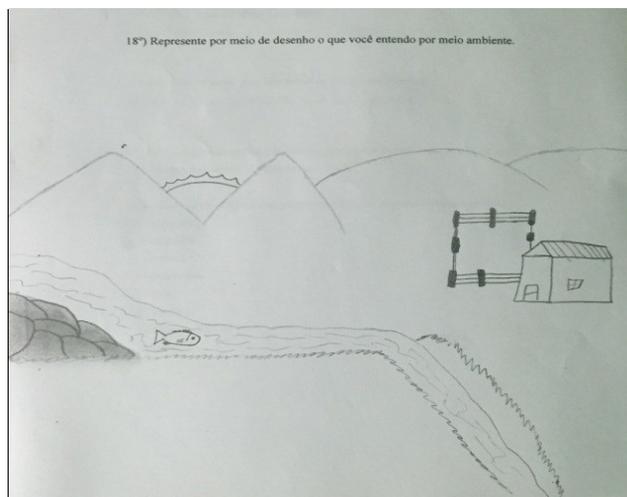
Educando (a) 11**Educando (a) 12**

Fonte: Arquivo pessoal

Educando (a) 13**Educando (a) 14**

Fonte: Arquivo pessoal

Educando (a) 15



Fonte: Arquivo pessoal

Ao analisar-se os desenhos expostos acima, confirma-se que os educandos associaram meio ambiente apenas ao natural, estes limitaram-se a expressar uma representação contida de elementos como: árvores, rocha, lago, peixes, pássaros, enfim, um ambiente totalmente naturalista. Tal produção assegura a ideia da prevalência de uma concepção reducionista no que diz respeito ao real sentido da problemática em estudo.

É notável e recorrente a preponderância de uma visão puramente ecologista quando se trata de assuntos voltados para a perspectiva ambiental, é como se o meio ambiente foi constituído exclusivamente de fatores desconexos as produções humanas e capaz de ser controlado/gerenciado por meio das atitudes excepcionalmente antrópicas.

Este tipo de concepção de meio ambiente, que exclui o ser humano, colocando-o como elemento à parte, deixa de considerar, o papel predominantemente desempenhado pela espécie humana sobre os demais elementos da biosfera (também sobre outros contextos) e, a responsabilidade direta dos humanos na conservação ou extinção dos ecossistemas com todas as suas formas de vida.

Fato que aponta para a necessidade da efetivação de estudos que busquem alternativas para questões ambientais, não apenas sob seus aspectos ecológicos, mas também éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais, ou seja, sob uma visão integrada do ambiente desenvolvida por um enfoque das relações existentes (SARTORI, 2006).

Diante disto, observa-se que a população pesquisada, não compreende noções básicas de EA, necessitando assim da implementação de práticas didáticas eficientes capazes de modificar essa realidade e favorecer a compreensão da importância de mudanças de hábitos e atitudes, para que assim possam alcançar uma melhor qualidade de vida. Acrescenta-se ainda que o referido grupo, não demonstra nenhuma preocupação em realizar projetos e/ou programas direcionados a melhoria do meio ambiente no qual encontram-se inserido.

4.8 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCEPÇÃO DO EDUCADOR

4.8.1 O Educador

Em relação a situação profissional do educador participante desta pesquisa, certificou-se que este é contratado há 18 anos, trabalha em duas escolas públicas lecionando o componente curricular Geografia, licenciou-se em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) no ano de 2015 e especializou-se em Educação Ambiental no Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) no ano de 2018.

4.8.2 Meio Ambiente x Geografia e a Educação Ambiental no Contexto Escolar

Apresenta-se a seguir a análise e os comentários do resultado obtido a partir do questionário dirigido ao educador do 9º do Ano do componente curricular Geografia da Escola Estadual Coronel Serveliano de farias Castro.

Quando questionado sobre a forma pela qual a problemática MA era abordada nas aulas, a resposta foi que trabalhava sobre o MA da seguinte forma **“Trabalhamos com o conceito de sustentabilidade em algumas atividades desenvolvidas em sala de aula. A última atividade desenvolvida foi uma competição de foguetes construído com garrafas PET”**.

A resposta apresentada certifica, que o educador trabalha o temário MA em sala, porém ao questionar os educandos e ao analisar suas afirmações não identificou-se iniciativas relacionadas ao assegurado. Outro fator nítido nesta elocução, diz respeito a prevalência de uma prática fragmentada onde o tema em debate figura apenas em determinados exercícios livrescos focados no conceito de

sustentabilidade, aspecto bastante questionado pela Educação Ambiental atual.

Dessa forma, observa-se que não há concordância naquilo que o educador afirma ocorrer no processo ensino-aprendizagem, ficando nítido que na prática trabalha de maneira insipiente e cunhada numa visão reducionista.

Silva (2002) evidencia que as visões de ambiente dos educadores revelam, ainda, uma visão um tanto preservacionista que obedecem as regras absolutas dos conteúdos programáticos a serem desenvolvidos e não construídos.

Na questão sucedente, solicitou-se que conceituasse o termo Meio Ambiente, segundo o Educador **“Podemos considerar meio ambiente como um conjunto onde a vida se desenvolve, onde interações ocorrem constantemente. Nós seres humanos somos parte desse conjunto”**.

Percebe-se nesta ressalva, que o sujeito questionado aponta fatores preponderantes na ótica da Educação Ambiental contemporânea, este procura associar alguns fatores de cunho social a nuances ambientais, embora tenha-se percebido no decurso de quase toda a pesquisa a prevalência de uma visão meramente naturalista.

Portanto, apesar do educador apresentar nessa inferência perspectivas relevantes da Educação Ambiental moderna, reafirma-se que este necessita perceberem a Educação Ambiental como um processo permanente de ampliação da consciência, contribuindo assim para que os educandos compreendam a relação que acontece entre o natural e o social.

Reigota (2006), lembra que a Educação Ambiental não deve ser sumarizada apenas a garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, embora essas questões sejam importantes. O que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza.

Ao solicitar que o questionado mencionasse elementos que constituem o Meio Ambiente. O mesmo, destaca que **“Os elementos que constituem o meio ambiente são de ordem física, como solos, ar, hidrografia, animal, todos os animais incluindo nós seres humanos, os vegetais, fungos e bactérias.”**

Ao analisar-se o exposto acima, confirma-se que o educador associa Meio Ambiente meramente a vertente natural, quando expressa apenas uma representação contida de elementos naturalistas da biosfera. Tal produção assegura a ideia da prevalência de uma concepção reducionista no que diz respeito ao real

sentido da problemática em estudo.

É notório e recorrente a preponderância de uma visão puramente ecologista quando se trata de assuntos voltados para a perspectiva ambiental, é como se o Meio Ambiente fosse constituído exclusivamente de fatores desconexos as produções humanas e capaz de ser controlado/gerenciado por meio das atitudes excepcionalmente antrópicas.

De modo pertinente, Layrargues (2004) destaca que essa vertente enfatiza a dimensão ecológica em detrimento das demais contextualizações do problema ambiental, promovendo o entendimento da estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, mas ignorando a sua interface com a dinâmica social.

Ao perguntar-se acerca da incorporação da Educação ambiental no contexto escolar, o educador pontou que “***Pensa que a Educação Ambiental deveria ser uma disciplina integrante no currículo escolar desde das séries iniciais, em virtude de sua importância.***”

Percebe-se nessa elocução, um posicionamento totalmente arbitrário a Lei 9795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, esta coloca que a EA deverá ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino, combatendo dessa forma qualquer possibilidade de torná-la disciplina.

Acrescenta-se ainda, que essa legislação em seu 10º, § 1º, acentua que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Quando indagado sobre a existência de alguma relação entre Meio Ambiente e Geografia, obteve-se como resposta que “***Sim Algumas vertentes da Geografia trabalham essa temática com mais veemência.***” .

Mesmo inferindo-se que há uma interface entre o Meio Ambiente e a Geografia, ao solicitar-se uma explicação sobre essa interação, o educador em evidencia não realizou nenhum tipo de arguição, fato atestador da ausência de domínio de assuntos que discutam essa relação.

Neste sentido, Castrogiovanni apud Souza, Ramos e Oliveira (2015) destacam que cabe ao ensino de Geografia inserir os educandos em um mundo onde possam visualizar de forma consciente as relações dinâmicas que ocorrem na vida cotidiana, contribuindo para que os mesmos entendam o espaço produzido pela sociedade, compreendendo suas desigualdades e suas contradições, as relações de

produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

A perquirição subsequente buscou informar-se acerca dos conteúdos da Geografia que tratam de problemáticas com foco nas questões ambientais. Logrou-se como retorno o deposto no quadro 6.

Quadro 5 – Conteúdos geográficos que discutem temáticas ambientais segundo o educador pesquisado

*Sociedade de Consumo;	*Revolução Industrial;
*Geopolítica;	*Guerras;
*Capitalismo;	*Reciclagem de lixo

Fonte: Organizado pelo autor.

As informações processadas acima translucidam que o sujeito pesquisado aponta um repertório de conteúdos considerados relevantes no que diz respeito ao trabalho-reflexão das questões ambientais no cerne da Geografia, porém convém destacar que ao comparar as informações obtidas com os educandos e na própria descrição do educador estes temas não ganham notoriedade, fato considerado bastante emulador.

Mendonça (2001), argui que é no cerne das vinculações que a dimensão ambiental alude-se ao pensamento geográfico, em virtude deste ser produzido e dilato a partir de confluências que se estabelecem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio, estes integram também os aspectos econômicos, sociais e culturais de um meio.

Na questão seguinte interrogou-se se o mesmo concordava com o deposto na Política Nacional de Educação Ambiental prescrita na Lei 9795/99. Coletou-se enquanto resultado o mesmo afirma que **“Não. Penso que a Educação Ambiental deve se tornar uma disciplina no currículo escolar”**.

Os dados coletados mostram que o educador desconhece intensamente a legislação que dar suporte a Política Nacional de Educação Ambiental, essa defende com bastante proeminência a precisão de tratar a temática meio ambiente a partir de uma ótica interdisciplinar, aceção contestada pelo entrevistado.

Atendendo o acentuado acima, Souza (2007), recomenda que o meio ambiente deve fazer parte de um currículo interdisciplinar, ao invés de constituir uma disciplina isolada.

Ao perguntar-se se o concernente profissional já havia participando de alguma formação continuada voltada para o componente curricular que leciona ou para a temática meio ambiente, afirma que **“Não lembro, mas acredito que não”**.

Considerando o enunciado, denota-se a urgente necessidade de viabilizar-se ao educador em destaque participação em cursos de formação continuada que contenham nos seus interstícios proposituras direcionadas ao componente curricular que leciona, como também, para a temática meio ambiente, acredita-se que um dos fatores corroboradores para que este não detenha uma visão sistêmica da problemática em estudo, seja justamente a carência de capacitações profissionais voltadas para estas temáticas no contexto do qual o mesmo encontram-se inserido.

Guimarães (2000) destaca que a intenção do Ministério da Educação (MEC), é de apoiar as discussões e o desenvolvimento do projeto educativo das escolas e contribuir para a formação dos professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê a EA como uma diretriz para o currículo do Ensino Fundamental.

Ao requerer-se que o educador apontasse obstáculos, caso existam, na prática pedagógica quando trabalha com a realização e/ou aplicação de atividades voltadas para o temário Meio Ambiente, o mesmo diz que **“Não existem desafios. Pelo contrário, são temáticas que os alunos participam muito ativamente e gostam”**.

Perante o explicitado, nota-se que o educador demonstra afeito pela temática ambiental, no entanto, quando solicitou-se que o referido pontuasse as atividades que realiza no cotidiano escolar, este apresentou sumariamente uma atividade que não foi comprovada na narrativa dos educandos.

Desse modo, denota-se que a escola não tem atuado de forma efetiva no contexto da questão ambiental, nem tão pouco na geração de uma cultura que seja a favor do meio ambiente, limitando-se apenas a relatar o assunto de uma forma superficial. Andrade (2000) menciona que a ação do início da implantação da

Educação Ambiental deve surgir de aspectos que não possam gerar apenas alternativa de superação, mas uma mudança, de produção de medidas favoráveis para compreensão dos alunos da fundamental importância do conjunto de fatores vivos e não vivos e a inter-relação dos seres humanos com a natureza.

A investigação subsequente buscou saber se a comunidade escolar compreendia os problemas que encontram-se relacionados ao Meio Ambiente. Assim, o educador afirma que “***Penso que há muito a ser feito nesse sentido, para que haja maior interesse não apenas da comunidade escolar, mas da sociedade como um todo, No tocante aos alunos penso que há algo a ser feito***”.

As afirmações processadas acima translucidam que o questionado detém conhecimento das esfinges ambientais, porém não menção a qualquer ação no sentido de buscar converter a realidade ora vivenciada, postura preocupante e reveladora da necessidade urgente de inserir estratégias pedagógicas capazes de transformar essa situação e para que esse feito possa ser concretizado, torna-se fundamental que sejam desenvolvidas iniciativas educativas voltadas para a contextualização de conteúdos que levem em consideração o meio de vivência do educando. Nessa perspectiva, a educação ambiental, que é o canal que une os laços da escola e do mundo fora da escola, possibilita uma nova ética que deve orientar as atividades escolares, oferecendo sentido e enriquecimento às práticas docentes.

Travassos (2001), enfatiza que existe um certo distanciamento entre o que está explícito nos documentos e o que está sendo praticado. Em muitos projetos escolares, a EA não passa de atividades sobre a dinâmica da reciclagem de lixo, de papel, de plástico, e outras insinuações pontuais.

Quando perguntado sobre a possibilidade de desenvolver-se projetos com foco na perspectiva ambiental no cerne da escola em que trabalha. O mesmo, destaca que “***Sim. Gostaria muito de sugestões e parcerias***”.

Denota-se aqui que o educador demonstra interesse em participar do desenvolvimento de projetos voltados para a problemática Meio Ambiente no contexto escolar, embora não exista registro de iniciativas desta natureza realizadas por este profissional na unidade escolar que trabalha, o que comprova a falta de disposição deste no trato da problemática em tela.

Acrescenta-se ainda que, a Educação Ambiental no âmbito escolar não deve

preocupar-se em trabalhar somente os conceitos teóricos de Meio Ambiente, deve, principalmente, contribuir para que os educandos compreendam as consequências ambientais de suas ações nos locais onde encontram-se inseridos, considerando que a solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade.

Meirelles e Santos (2005), destacam que “o desafio de um projeto de educação ambiental é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes”. Fato incomum no contexto onde realizou-se este estudo.

Ao perguntar-se acerca da disponibilidade de participarem e/ou contribuir para o desenvolvimento de um trabalho e/ou projeto didático voltado para a questão ambiental na escola que leciona, o educador delegou que “**Tenho mais à aprender nesse sentido. Contudo poderia contribuir com ideias de atividades práticas para trabalhar com a temática, bem como apresentar resultados de projetos que possam ser desenvolvidos na escola**”.

A resposta prestada neste quesito deixa claro que o sujeito participante da pesquisa apresenta obstinação no que diz respeito ao trabalho pedagógico voltado para o tema Meio Ambiente, entretanto no desenvolvimento de todo esse estudo não percebeu-se ações concretas que atendessem para esse fim.

Além do que já foi citado anteriormente, reafirma-se aqui que a educação ambiental necessita ser vista e avaliada como uma questão necessária à dissolução dos problemas ambientais que afetam o planeta. Com isso, à educação formal, apresentada nas escolas, representa uma função de ênfase no que se refere aos estudantes e ao papel do educador, como responsável por introduzir a educação ambiental no aprendizado do educando como adverte a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) designada pela lei 9.795/99 que “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional da Educação Ambiental e dá outras providências” RODRIGUES (2009).

Diante do exposto, concebe-se a precisão de discutir-se eficientemente a perspectiva ambiental no ato pedagógico da instituição em foco, pois só assim a Educação Ambiental sairá do reducionismo para assumir papel de mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas perante aos diversos elementos que configuram o planeta, possibilitando assim, mudanças de comportamento, atitudes e valores, no sentido de defender, preservar-conservar o Meio Ambiente para as presentes e futuras gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se tem aqui, a compreensão ou ilusão de um trabalho concluído, nem tão pouco a pretensão de apontar-se modelos passíveis de serem realizados, uma vez que o tema pesquisado constitui-se por meio de uma interface multifatorial, o que impossibilitou aduzir-se os caminhos a serem percorridos.

Sendo assim, o desenvolvimento dessa pesquisa no contexto escolar foi de grande relevância para compreender-se a percepção de EA que detém educandos e educador no âmbito do ensino da Geografia no Ensino Fundamental na Escola Estadual Coronel Serveliano de Farias Castro, a referida também possibilitou verificar se é desenvolvido-aplicado alguma metodologia ou recurso didático acerca do ensino da EA no âmbito escolar, outrossim, identificar se os sujeitos participantes da pesquisa percebem a relação existente ente a EA e o ensino de Geografia.

A partir do evidenciado, infere-se que na condição de professor do ensino fundamental em processo de formação, a efetivação desta pesquisa possibilitou uma autorreflexão e/ou autoavaliação acerca das práticas pedagógicas que até então vinha desenvolvendo, culminando assim com a ressignificação destas, simultaneamente condicionou perceber o quanto a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo predispôs a condição de compreender o velado e explicitá-lo, respaldando-se em posicionamentos políticos e emancipatórios embasados nos múltiplos contextos socioambientais.

Corroborando-se com esta perspectiva, convém elucidar que pesquisas comprovam a carência de pragmatismo pedagógico no que diz respeito à perspectiva ambiental na rotina educativa da maioria das escolas brasileiras. Pode-se comprovar essa ressalva ao identificar que a didática efetivada no Ensino Fundamental da Escola Coronel Serveliano de Farias Castro (EEEFM), que apresenta-se contraria integralmente aos princípios e objetivos da EA contemporânea.

Desse modo, compete a escola em estudo buscar contribuir para o desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental, definindo e redefinindo prioridades e estratégias, estabelecendo e restabelecendo práticas capazes de transformar os indivíduos, a sociedade, para que promovam melhoria no MA, conseqüentemente na qualidade de vida, e a AE apresenta-se como agente fundamental para o alce desse anseio.

Verificou-se ainda, que não há interesse por parte do grupo em análise quando se trata de problemáticas voltadas para a dimensão ambiental, acredita-se que o viés condutor dessa realidade advenha de uma prática pedagógica que desconsidera a importância de abordar-se continuamente em sala de aula nuances reportadas em contexturas ambientais, praxe peculiar na instituição de ensino em destaque. Portanto, conclui-se que este coletivo escolar deverá oferecer meios efetivos para que seus educandos e educador apercebam os fenômenos naturais e humanos por intermédio de uma visão sistêmica, para que assim o MA possa ser compreendido a partir de uma ótica integral desconsiderando as práticas de cunho conservacionista e/ou reducionista.

Neste sentido, torna-se evidente e/ou trivial a precisão de inserir-se ativamente no espaço escolar a Educação Ambiental e Geográfica, premissa inconcebível a rotina educativa da maioria das escolas brasileiras, estas quando ponderam e/ou discutem acerca de tal contexto utilizam-se de paradigmas conservacionistas/dicotômicos, mecanismo adverso à filosofia ambiental hodierna. Essa nossa proposição pôde ser comprovada-confirmada a partir da realização deste trabalho.

Contanto, é preciso mostrar-se que a perspectiva ambiental contemporânea não pode ser mais ajuizada e nem tão pouco compreendida segundo preceitos que dissociam sociedade de natureza. Por este motivo essa problemática tem levado a Geografia, como também, outras ciências afins a rever e reorganizar suas concepções, o que resulta na busca e formulação de outras bases teóricas para a abordagem do meio ambiente. Neste sentido, o envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e social são concebidos como fatores de um só processo, resulta na construção e/ou reprodução de uma nova mentalidade socioambiental.

Desse modo, para que a concepção ambiental saia do particular/isolado e apoia-se num ofício holístico /diverso, torna-se fundamental introduzir nos sujeitos a capacidade de entender as relações que se processam entre o global e o local. O global e o local não são conceitos antitéticos, mas sim complementares, e a diversidade ou proporção espacial não pode jamais ser apercebida como processos antagônicos, mas sim como trâmites conexos no espaço geográfico.

Nessa perspectiva, torna-se oportuno evidenciar que a EA favorece meios extremamente importantes para uma convivência ambientalmente equilibrada no

Semiárido, e a escola é sem sobra de dúvidas o lugar privilegiado para a construção e difusão de conhecimentos que possam ser materializados em princípios emancipadores, críticos e contextualizados, capazes de apresentar resultados significativos e transformadores da realidade local ora vivenciada.

Assim, a questão ambiental impõe a essa sociedade contemporânea a buscar novas formas de pensar/agir, tanto individualmente quanto coletivamente, destarte procura traçar novas relações sociais que não perpetuem tantos confrontos entre o artífice humano/natural, esta ânsia garantir a sustentabilidade ecológica. E isso implica um novo universo de valores, no qual a educação exerce o papel principal, por ser na escola o lugar onde o indivíduo inova, renova, motiva, educa, e acima de tudo transforma a própria ordenação cotidiana.

Dessa forma, reafirma-se aqui a precisão de tratar a EA no contexto escolar a partir de um prisma transdisciplinar, em decorrência desta ser uma temática problematizadora que evidencia a dimensão ambiental em todos os níveis e escalas de abrangência, como também, pelo fato de favorecer a compreensão dos variados fatores que vêm historicamente impossibilitando a efetivação de práticas socioambientais no espaço escolar e na sociedade como um todo, por essa razão faz-se necessário que a escola enquanto ambiente de formação cidadã, conduza seus educandos através de sua prática pedagógica a compreender suas realidades, situarem-se nestas, interpretá-las e contribuïrem para sua transformação, cumprindo assim com o ofício de educar para o presente e o futuro.

Portanto conclui-se, valendo-se da ideia de que não se pretende aqui fechar/finalizar as discussões/reflexões em torno dessa problemática, uma vez que o tema pesquisado origina-se e dilata-se a partir de uma simbiose de recursos, o que impossibilita uma apresentação de resultados fechados. Dessa maneira, espera-se que de alguma forma este trabalho venha contribuir para transformar a rotina socioeducativa do grupo pesquisado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão.** In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4, p.1-5, out./dez. 2000.
- ANDRADE. M.C.de. **Geografia econômica.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- ARAÚJO, E.A. de. A importância da pesquisa para a formação e o desenvolvimento acadêmico. **Inf.&Inf.**, Londrina, v.1, nº 1, p.18-21, jan./jun. 1996.
- BOFF, L. **Saber cuidar: Ética do homem, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº 306, 19 de julho de 2002. Dispõe sobre Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acesso em: 04 mai. 2019.
- BRASIL. Constituição de (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, art. 225.
- BRASIL. **Lei Federal nº 6.938, de 31.08.1981.** Política Nacional do Meio Ambiente.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde.** Brasília (DF): MEC/ SEF, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Passo a passo da agenda 21 local.** Brasília: MMA, 2005.
- BRITO, A. M. de. **Gestão escolar e meio ambiente.** In: HAMMES, V. S. Educação Ambiental: Construção da Proposta Pedagógica. 2ª edição, São Paulo: Editora Globo, 2004.
- BRUNDTLAND, G.H. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo.** Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CAMARGO, L. de B. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios.** Campinas, SP: Papirus, 2003.
- CAMPOS, L. G. de. **Educação contextualizada e o ensino de geografia no semiárido: uma análise de uma experiência Pibidiana.** Monografia (Curso de especialização em Educação no Semiárido) Universidade Federal de Alagoas,

Delmiro Gouveia, 2018.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M; CARVALHO, I. C. M. (org.) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO, I.C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológica**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRESWELL, J. W. e CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

DEPERON, M. L. da S. Educação ambiental, ética e cidadania planetária. In: HAMMES, V. S. **Educação Ambiental: Construção da Proposta Pedagógica**. 2.ed. São Paulo: Editora Globo, 2004.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, L.S. e MARQUES, M.D. **Meio Ambiente e a Importância dos Princípios Ambientais**. Fórum Ambiental da Alta Paulista. V. 07, nº. 05, 2011.

EDWARDS, B. **Desenhando com o lado direito do cérebro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUEDES, J. C. de S. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: No consenso um embate?** 4ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 17 de out. de 2017. Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LACERDA, A. V.de., BARBOSA, F. M., DORNELAS, C. S. M., GOMES, A. C., LIMA, L. H. da C. e SILVA, C. E. M. da. **O Homem e o ambiente semiárido: um exercício educativo inserido no campo da biologia da conservação.** In: Metodologias e práticas: experiências no Semiárido Brasileiro. Organização de José Irivaldo Oliveira Silva. Cachoerinha: Everprint Indústria Gráfica Eireli- ME, 2015.

LAYRARGUES, P. P. **Para que a educação ambiental encontre a educação.** In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, R.L.G. **Percepção e Conscientização Ambiental.** Lavras: Editora UFLA/FAEPE, 2000.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS, R. dos S. **Percepção Ambiental: estudo de caso realizado com alunos do 6º e 9º Ano do Ensino Fundamental II no município de Caraúbas-PB.** Monografia (Curso Licenciatura Plena em Biologia) Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2011.

MEIRELLES, M. de S. & SANTOS, M. T. **Educação Ambiental uma Construção Participativa.** 2ª ed. São Paulo, 2005.

MENDOÇA, F. **Geografia Socioambiental.** São Paulo, Terra Livre, páginas 113 a 132, número 16, 1º semestre de 2001.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: Revista dos Tribunais.** 4. ed. São Paulo: 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MOREIRA. E. V. & HESPANHOL. R. A. de M. **O lugar como uma construção social.** Revista Formação, v. 2, n.14, 2007.

MOREIRA. R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, A. F. de. **Educação Ambiental Escolar.** - Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. Santa Catarina, 2011.

OLIVEIRA, F. C. de, SOUZA, F. F.de, RAMOS, A. A. de M. e OLIVEIRA, E. B.de. **Práticas metodológicas no ensino de geografia no contexto do PIBID-Diversidade nas escolas do campo do semiárido paraibano.** In: Metodologias e práticas: experiências no Semiárido Brasileiro. Organização de José Irivaldo Oliveira Silva. Cachoerinha: Everprint Indústria Gráfica Eireli- ME, 2015.

OLIVEIRA, F. C. de. **Ensino de geografia e educação do campo: experiências de metodologias e práticas contextualizadas nas escolas do semiárido.** João

Pessoa: Ideia, 2019.

PINHEIRO, E. da S. **Percepção Ambiental e a Atividade Turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR.** Curitiba: UFP, 2004 (Dissertação de Mestrado).

REIGOTA, **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROCHA, C. K. da e SANTANA, M. D. de. **A contribuição da geografia para a educação ambiental no semiárido: um estudo de caso nas escolas da rede municipal de pombal – PB.** In: Anais do I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido. Campina Grande, 2016.

RODRIGUES, B. R. L. **A evolução da educação ambiental na sociedade.** In: SEABRA, Giovanni de Farias; MENDONÇA, Ivo de Thadeu Lira (Org.) Educação Ambiental para a sociedade sustentável e saúde global, 3.ed.; João Pessoa: Ed. UFPB, 2009.

ROSA, L.G. & SILVA, M. M. P. da. **Percepção Ambiental de educandos de uma escola de Ensino Fundamental.** In: Anais VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Espírito Santo, 2002.

ROSA, L.G. **A dimensão ambiental no currículo da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) UFPB/UEPB. João Pessoa, 2003.

SANTOS, A. F. L. dos e FERNANDES, A. Z. **Educação Ambiental: desenvolvendo o senso crítico.** Texto-base de apresentação feita no IV Encontro Nacional de Turismo de Base Local, realizado em Joinville, 2000.

SANTOS, C. **O uso dos desenhos no ensino fundamental: imagens e conceitos.** In: ____. PONTUSCHKA. N.N.C; OLIVEIRA, A.V. **Geografia em Perspectiva.** 3ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, L. L. de C. P. **Políticas Públicas para o Ensino Fundamental:** Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB) v. 23, n 80, setembro de 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARTORI, R. C. **O conhecimento científico moderno e a crise ambiental.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 16, jan-jun 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. C. **A Educação Ambiental no contexto Escolar...como prática participativa-** Universidade Candido Mendes- Instituto a Vez do Mestre Pós-Graduação “Lato Sensu”- Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, M. M. P. da. **Estratégias em Educação Ambiental**. (Dissertação de Mestrado) Campina Grande: UEPB/UFPB, 2000.

SILVA, M. M. P. da. **II Fase de Capacitação do Curso de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental**: In Caderno de curso realizado no município de Caraúbas- PB. 2004.

SILVA, T. A. A. da. **Educação Ambiental no semiárido nordestino: apontamento de pesquisa e notas sobre prática educativa**. Cadernos de Estudos Sociais- Recife, v 27, nº 1, p. 181-192, jan/jun, 2012.

SOUZA, J. M. F. de. **Educação Ambiental no Ensino Fundamental: metodologias e dificuldades detectadas em escolas de município no interior da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias, Portugal, 2007.

TRAVASSOS, E.G. **A educação ambiental nos currículos: dificuldades e desafios**. Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. 1, n. 2, 2001.

VASCONCELOS, H. S. R. de. **A perspectiva em Projetos de Educação Ambiental**. In: Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas/ Alexandre de Gusmão Pedrini (org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

APÊNDICE - A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
PESQUISA DE TCC**

QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS (AS) EDUCANDOS (AS)

- 1º) Sexo: () Feminino () Masculino
- 2º) Sua idade? _____
- 3º) Ano/Série: _____ Turma: _____ Turno: _____
- 4º) Onde você mora: _____
- 5º) Para você o que é Meio Ambiente?

6º) Quais são os elementos que formam o Meio Ambiente?

7º) Seus (as) professores (as) trabalham o tema meio ambiente na sala de aula?
() Sim () Às vezes () Raramente () Não

8º) Assinale as disciplinas que abordam a questão ambiental na sala de aula:

- () Português
- () Geografia
- () História
- () Matemática
- () Artes
- () Ciências

Educação Física

Inglês

9º) Assinale abaixo a forma que você estuda a temática do Meio Ambiente na sala de aula.

Livro

Mapas

Globo

Revistas

Aula expositiva (pelo quadro)

Aula de campo

Desenhos

Filme

Músicas

10º) No seu ponto de vista a Educação Ambiental relaciona-se de alguma forma com a Geografia? Em caso afirmativo, explique.

11º) Você lembra de algum (ns) conteúdo (os) da Geografia que discute a questão ambiental? Em caso afirmativo, cite-o (os).

12º) Você já participou de alguma atividade voltada para a temática meio ambiente na sua escola?

Sim Não

Se já participou cite-a (as).

13º) Você conversa com seus colegas sobre o tema meio ambiente?

Sim Às vezes Raramente Não

Se conversa o que vocês debatem?

14º) O que você sabe sobre Educação Ambiental?

15º) Existe algum projeto de Educação Ambiental na sua escola?

Sim Não

Em caso afirmativo cite-o (os).

16º) É importante trabalhar ações voltadas para a Educação Ambiental na escola?

Sim Às vezes Não

17º) No seu município é desenvolvido algum programa voltado para a importância da Educação Ambiental?

Sim Não

Caso afirmativo cite-os.

18º) Represente por meio de desenho o que você entende por meio ambiente.

APÊNDICE - B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
PESQUISA DE TCC**

QUESTIONÁRIO APLICADO COM O EDUCADOR

1º) Nome: _____

2º) Formação acadêmica: _____

Ano de conclusão: _____

3º) Pós-graduação: _____

Ano de conclusão: _____

4º) Situação profissional: () Efetivo () Contratado

5º) A quanto tempo leciona? _____

6º) Componente (s) curricular que leciona: _____

7º) Trabalha em quantas escolas? _____

8º) A problemática meio ambiente é abordada em suas aulas? Em caso afirmativo, de qual maneira?

9º) Para você o que é Meio Ambiente?

10º) Para você quais são os elementos que constituem o Meio Ambiente?

11º) Qual a sua compreensão sobre a Educação Ambiental no contexto escolar?

12º) Na sua ótica, existe alguma relação entre a Meio Ambiente e a Geografia? Em caso afirmativo, explique-a.

13º) Qual (is) conteúdo (os) da Geografia trata de problemáticas focadas no meio ambiente?

14º) De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795/99, a temática Meio Ambiente não pode ser considerada como objeto de uma disciplina. Quanto autor (a) da educação, você considera viável tal ressalva? Justifique.

15º) Você já participou de alguma (as) formação (ões) profissional voltada (as) para o componente curricular que leciona ou para temática meio ambiente? Se já participou, cite-a (as).

16º) Existe algum obstáculo na sua prática pedagógica ao tratar temáticas voltadas para a problemática meio ambiente? Justifique sua resposta.

17º) A comunidade escolar compreende os problemas que encontram-se relacionados ao meio ambiente?

18º) É possível desenvolver projetos que abordem a problemática meio ambiente na escola onde você trabalha?

19º) Como você poderia participar e/ou contribuir para o desenvolvimento de um projeto didático voltado para as questões ambientais na escola que você leciona?